

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PIETRO GIAN VICARI DE OLIVEIRA

**O COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL E
SEUS CONDICIONANTES (1976 - 2015)**

Porto Alegre

2017

PIETRO GIAN VICARI DE OLIVEIRA

**O COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL E
SEUS CONDICIONANTES (1976-2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS,
como requisito parcial para obtenção
do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Pietro Gian Vicari de
O comportamento da desigualdade e da pobreza no
Brasil e seus condicionantes (1976 - 2015) / Pietro
Gian Vicari de Oliveira. -- 2017.
66 f.

Orientador: Ricardo Dathein.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Pobreza. 2. Desigualdade. 3. Renda. 4. Política
Social. 5. Crescimento. I. Dathein, Ricardo, orient.
II. Título.

PIETRO GIAN VICARI DE OLIVEIRA

**O COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL E
SEUS CONDICIONANTES (1976-2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Dathein – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Cassio da Silva Calvete
UFRGS

Prof. Dra. Janice Dornelles de Castro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Minha graduação foi marcada por altos e baixos, ambos igualmente significativos para a formação da pessoa que sou hoje. Foram muitas as pessoas envolvidas nestes momentos o que torna inviável o agradecimento nominal a todos, porém dedico meu trabalho a todos que passaram pela minha vida, de um jeito ou de outro, nesta caminhada.

A família que me deu suporte e amor incondicional durante toda a vida, nos momentos de dificuldade e alegria, são necessárias citações pessoais. Minha mãe, Tais Vicari, que sempre me apoiou e acreditou em mim (mais do que eu mesmo), meu pai, Mauricio de Oliveira, que ficaria muito orgulhoso de quem me tornei se ainda estivesse conosco, meus avós, Seu Miraldo e Dona Vani que sempre me incentivaram a estudar e querer saber cada vez mais e meu tio Rafael, sempre à disposição para ajudar com qualquer problema ou dificuldade. Amo vocês, mais que tudo.

Ao professor e orientador Ricardo Dathein que se dispôs a participar de meu trabalho, mesmo em uma corrida contra o relógio. Sempre colaborativo e rápido, auxiliando em todas as etapas do processo. Não seria possível sem tua ajuda.

Na universidade conheci pessoas incríveis e fiz amigos melhores ainda, devendo agradecer a cada um deles por terem feito da minha passagem pela economia o melhor período da minha vida. Aos velhos amigos, presentes em diferentes etapas da vida, que a vida siga cruzando nossos caminhos, pois sem vocês não seria possível. Em especial ao Tuq Ti Pat e ao meu irmão de consideração Tiago Machado, vocês são demais, muito obrigado por fazerem parte da minha vida.

RESUMO

Desde os anos 1970 transcorreram diversos movimentos distintos na concentração da renda e na pobreza no Brasil, sendo necessário estudar e compreender estes movimentos para uma melhor interpretação da situação do cidadão brasileiro, principalmente dos estratos mais baixos da população. O objetivo principal deste trabalho é compreender o comportamento da desigualdade e da pobreza no Brasil desde o início dos anos 1970, tentando identificar seus condicionantes, tendo como hipótese que o crescimento econômico, através da taxa de crescimento do PIB e do PIB per capita bem como a renda e os gastos sociais, diretos e indiretos, afetam diretamente as taxas de pobreza e pobreza extrema e a desigualdade no país. As análises dos indicadores econômicos indicaram três distintos momentos. Até os anos 1990, instabilidade, dos anos subsequentes até o início dos anos 2000, um período estável, dividida pelo Plano Real em dois patamares, e os anos subsequentes apresentando melhora constante. Conclui-se que a principal variável que impacta a pobreza e a desigualdade de um país é a renda e, no caso do Brasil, tem como limitação a estrutura produtiva precária. Para romper com o novo patamar atingido há a necessidade da manutenção da política social, porém aliada de investimentos em uma estrutura produtiva dinâmica, com intensidade em conhecimento, criando empregos melhores e melhores condições de atingi-los, para todas as camadas da população.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade. Renda. Crescimento. Política Social. Brasil.

ABSTRACT

Ever since the 1970s several different movements have taken place in the Brazilian concentration of income and poverty. For a better interpretation of Brazil's situation, it's necessary to study and understand these movements, specially on the lower strata of the population. The main goal of this study is to understand the behaviour of the Brazilian inequality and poverty from the beginning of the 1970s identifying its main impacting variables, with the hypothesis that economic growth - through GDP and GDP *per capita* growth rate - as well as direct and indirect income transfers and social policies have a direct effect at the poverty and extreme poverty rates as so inequality. The analysis indicated three different situations, an unstable one until the 1990s followed by a two leveled stability – separated by the Plano Real – finishing on a improvement trajectory from the beginning of the 2000s on. The conclusion reached is that the main variable impacting a country's poverty and inequality is income, and in the Brazilian case it has its limitations based on its precarious productive structure. In order to sever the new resistance social policy must be maintained but investments in a dynamic productive structure are also required foccusing on intensive knowledge, creating better jobs and better conditions to reach them, for all layers of the population.

Keywords: Poverty. Inequality. Income. Growth. Social Policy. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Gini e Palma Ratio - década de 1980.....	38
Gráfico 2 - Palma e Gini (1976-2014).....	48
Gráfico 3 - Índice de Theil (1976-2014).....	48
Gráfico 4 - Participação na renda do país por estratos selecionados (1986-1989)....	49
Gráfico 5 - Participação na renda do país por estratos selecionados (1998-2014)....	50
Gráfico 6 - Curva de Lorenz - Anos selecionados.....	51
Gráfico 7 - Proporção de pobres e extremamente pobres e taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> (1981-2014).....	54
Gráfico 8 - Salário mínimo real e proporção de pobres e extremamente pobres (1981-2014).....	54
Gráfico 9 - Gasto Social e Proteção Social como % do PIB (2000-2015).....	57
Gráfico 10 - Número de beneficiários, valor total de benefícios e benefício <i>per capita</i> do PBF (2004-2012).....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referências de linhas de pobreza no Brasil em 2007.....	23
Tabela 2 - Renda domiciliar <i>per capita</i> média por estratos selecionados - 1981 a 1990 (R\$ de 2014).....	53
Tabela 3 - Renda domiciliar <i>per capita</i> média por estratos selecionados - 1992 a 2002 (R\$ de 2014).....	55
Tabela 4 - Renda domiciliar <i>per capita</i> média por estratos selecionados - 2003 a 2014 (R\$ de 2014).....	56
Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano - anos selecionados.....	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de Gini antes e depois da tributação e transferências.....	18
Figura 2 – Gasto social, produtividade do trabalho e distribuição de renda (Gini).....	19
Figura 3 – Curva de Lorenz.....	28
Figura 4 - Variação percentual do rendimento médio das pessoas de 10 anos e mais ao longo da distribuição de rendimento - Brasil, 1993-95.....	41
Figura 5 – Taxa de crescimento médio da renda familiar <i>per capita</i> por décimos da distribuição entre 2001 e 2003.....	44
Figura 6 - Taxa de crescimento médio da renda familiar <i>per capita</i> por décimos da distribuição entre 2003 e 2007.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

CPS/FGV – Centro de Políticas Sociais da FGV

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FGT – Índice de Foster, Greer e Thoelbecke

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPH – Índice de Pobreza Humana

MPAS – Ministério da Previdência Social

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do poder de compra

PTRC – Programas de Transferência de Renda Condicionada

R\$ – Real brasileiro

US\$ – Dólar americano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA DESIGUALDADE E POBREZA ...	14
2.1 Pobreza na história	14
2.2 Referencial teórico	16
2.3 Conceitos de pobreza.....	20
2.3.1 Linhas de pobreza.....	21
2.3.2 Pobreza unidimensional	24
2.3.3 Pobreza multidimensional	24
2.3.4 Paradigma das capacidades	25
2.4 Ferramentas para aferição da desigualdade e distribuição de renda	26
2.4.1 A curva de Lorenz	27
2.4.2 Índice de Gini	28
2.4.3 Palma Ratio.....	28
2.4.4 Índice de Theil.....	30
2.4.5 Outros índices	30
2.4.6 Índices Multidimensionais	31
3 POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL.....	32
3.1 Década de 1960	33
3.2 O milagre econômico	35
3.3 A década perdida	37
3.4 Anos 1990	39
3.5 Plano Real e a redução da pobreza	40
3.6 Período recente.....	43
4 ANÁLISE EMPÍRICA SOBRE A POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL.....	47
4.1 Índice de Gini, Palma Ratio e Índice de Theil.....	47
4.2 A curva de Lorenz	51

4.3 Proporção de pobres, taxa de crescimento do PIB per capita e preocupação social	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Apesar de fenômenos presentes no decorrer de toda a história, é crescente a importância do estudo da desigualdade e da pobreza na economia mundial, principalmente considerando seus impactos sobre o bem-estar das populações dos países. Uma alta desigualdade de renda diminui a mobilidade social, que por sua vez mantém a população mais pobre em uma situação de *status quo*, com condições inferiores de competição com a população mais rica.

Questões como educação de baixo nível e nutrição insuficiente trazem uma condição de desvantagem inicial como questão estrutural presente na vida dos pobres, fatores que devem ser tratados por instituições redistributivas dentro de cada país. A exceção de países muito pobres, a maioria dos países possuem uma renda *per capita* suficientemente elevada para virtualmente erradicar a pobreza absoluta.

O Brasil é considerado um dos países com maior desigualdade no mundo, dada sua grande concentração de renda – mesmo que em recente trajetória de melhora nos indicadores – portanto é necessário tentar entender os motivos que levaram à concentração da renda e quais as razões para a melhora recente. Desde os anos 1970 transcorreram diversos movimentos distintos na concentração da renda e na pobreza, sendo necessário estudar e compreender estes movimentos para uma melhor interpretação da situação do cidadão brasileiro, principalmente dos estratos mais baixos da população. Diversos fenômenos afetaram tais indicadores, como os planos de estabilização inflacionária, os *booms* e retrações de crescimento e até a conjuntura internacional.

O objetivo principal deste trabalho é compreender o comportamento da desigualdade e da pobreza no Brasil desde o início dos anos 1970, tentando identificar seus condicionantes, tendo como hipótese que o crescimento econômico, através da taxa de crescimento do PIB e do PIB *per capita* bem como a renda e os gastos sociais, diretos e indiretos, afetam diretamente as taxas de pobreza e pobreza extrema e a desigualdade no país. Com tal objetivo serão observados os comportamentos de diversos indicadores de pobreza e desigualdade no período. Seguidamente alguns dos indicadores serão contrapostos com os dados da hipótese, procurando uma correlação entre as informações que esclareçam a trajetória inconstante.

Este trabalho será composto de quatro capítulos ademais esta introdução. O segundo capítulo tem como objetivo, através de uma breve revisão bibliográfica, apresentar a história geral do conceito de pobreza. Após isso, é feito um breve referencial teórico, explanando a relação entre desigualdade, pobreza, crescimento econômico (ou estrutura produtiva) e políticas sociais (através das instituições), seguido da exposição de diversos conceitos de pobreza e instrumentos para sua aferição e medição da desigualdade.

O terceiro capítulo consiste de uma revisão bibliográfica explorando a trajetória da desigualdade e da pobreza no país, através de décadas de crescimento econômico acelerado e períodos de recessão profunda. Os diversos fatores como inflação, conjuntura internacional, sistemas políticos e mapeamento regional da pobreza são expostos de forma a amplificar a compreensão das diversas faces da renda no país, dividida entre urbana metropolitana e rural, na maior parte do período analisado. São analisados a década de 1960, o período do Milagre Econômico, a Década Perdida, o Plano Real e o período recente.

No quarto capítulo será feita uma análise descritiva dos dados coletados nas diversas fontes do trabalho. Serão explorados indicadores de concentração de renda como forma de medir a desigualdade e a trajetória da proporção de pobres em contraposição à taxas de crescimento econômico e rendas, as porcentagens de renda apropriadas por distintos estratos da população e a renda média domiciliar *per capita* dos períodos como forma de aferir a pobreza e seus condicionantes no período estudado. Finalizando, algumas breves considerações finais a respeito da tendência atual e desafios futuros.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA DESIGUALDADE E POBREZA

O significado de pobreza e o que isso representa foi constantemente modificado ao decorrer dos anos, tendo sido diversas vezes modificado ao longo da história. Para compreender de maneira adequada a que esfera de conteúdo ao qual o trabalho se debruça, este capítulo trará um breve histórico da pobreza no mundo, seguido de um referencial teórico, conceitos distintivos a respeito de seus significados e, finalmente, alguns indicadores utilizados na literatura.

2.1 Pobreza na história

Mesmo que fenômeno onipresente na história da humanidade, foi a partir da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra que o debate a respeito da pobreza entrou em voga entre os estudiosos economistas. Com sua teoria populacional, Thomas Malthus indicava que a população crescia em proporção geométrica contra o crescimento aritmético das fontes de alimentação, trazendo assim uma situação insustentável para a sociedade, onde, eventualmente, não haveria comida suficiente para todos, e a população mundial estabilizaria. Tal conceito era também aplicável à pobreza, onde o mesmo dizia que o crescimento da mesma era causado pelos próprios pobres, que se reproduziam de forma mais rápida e frequente do que seu acesso a comida. Sendo considerados culpados, foram também condenados a trabalhos semi-forçados em troca do mínimo para sua sobrevivência, sendo extirpados de direitos básicos como a livre movimentação, através da Lei dos Pobres.

Com a fronteira agrícola sendo rompida e o capitalismo em curso, a apropriação do excedente era direcionada quase exclusivamente para o dono da empresa ou indústria e por haver excedente de mão de obra - devido a progressiva substituição da mão de obra pelo capital fixo - os salários eram cada vez relativamente menores, pois o trabalhador não possuía poder de barganha sobre a manutenção de seu posto. Esta conjuntura permitiu a Karl Marx ser um dos pioneiros a modificar a concepção sobre a gênese da pobreza, antes advinda do próprio pobre, agora para a dinâmica da sociedade, denunciando o “perverso” processo de exploração do trabalhador e acumulação de capital, deixando grande parte da população na miséria e uma minoria se apropriando da maior parte da renda nacional.

A partir desse momento a linha das pesquisas científicas sobre a pobreza foram seguidas em duas direções, de acordo com Pochmann (2007), a primeira delas através da pobreza pessoal, considerando de suma importância o orçamento familiar mínimo para a reprodução humana. A partir de dados históricos fora composta uma cesta de necessidades básicas e verificado seu valor monetário, definindo então uma linha da pobreza absoluta. Já a segunda linha de pesquisa engajou-se no caráter estrutural da pobreza, utilizando do desemprego para tal análise, este causado pela Revolução Industrial e pela Crise de 1929.

Ainda de acordo com Pochmann (2007), com as pesquisas de desemprego a partir de 1930, a população economicamente ativa excluída do mercado de trabalho passou a ser medida como função do número de pessoas consideradas abaixo da linha da pobreza, sendo esta utilização orientada pela Organização Internacional do Trabalho. Com isso, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o conceito e medidas de pobreza tomaram três distintas instâncias. Primeiro, uma definição formal da linha de pobreza nos Estados Unidos em 1960, a partir de uma cesta de consumo encontrada por pesquisa nacional, diferenciada por região geográfica e organização familiar. Em segunda instância uma nova transferência de responsabilidade da pobreza para o próprio pobre, questionando que os mesmos são responsáveis por sua situação por não terem utilizado de seus recursos de melhor forma. Por último, o aparecimento de uma nova categoria de pobreza, antes não considerada como tal, os chamados *working poors*, ou seja, cidadãos que possuíam emprego, porém apenas pela proteção do *welfare state*, que, mesmo em tal condição permaneciam próximos a linha da pobreza e, sem o referido auxílio, estariam na camada mais baixa da população. Esta mesma população logo se tornou desprotegida com a tendência de cunho neoliberal das frentes governamentais, a qual deixa a população em situação mais frágil, com menos proteção governamental local.

Com isso, de acordo com Pochmann (2007), passam a ser utilizados como medida geral de pobreza, para mais fácil identificação da realidade, dois índices de pobreza multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Humano – formado por três principais componentes, saúde, educação e rendimentos – e o Indicador de Pobreza Humana – o qual utiliza a insuficiência da renda como exposição da pobreza - junto a indicadores de vulnerabilidade, ambos relacionados à entrada do conceito de exclusão social, como falta de condições mínimas de vida ou inibição de

desenvolvimento de capacidades (conceito utilizado por Sen). A partir destes indicadores é composto o Indicador da Condição de Pobreza Humana Integrada, utilizando-se tanto da pobreza absoluta quanto da pobreza relativa. Outro motivo para a mudança de abordagem da pobreza absoluta, de acordo com Soares (2009), se dá pelos indícios, nos anos pós-guerra, de que a pobreza (medida pelas necessidades nutricionais mínimas) seria erradicada nos países da OCDE, mesmo que parte da população continuasse enfrentando privações.

Na Europa Ocidental e América Latina, os conceitos foram tratados de maneira diferente desde meados do século 20, cada um ao espelho de sua própria realidade. Na América Latina, o conceito de pobreza foi interligado de maneira direta à marginalidade, onde devido ao excessivo êxodo rural, milhares de pessoas formavam um excedente de mão de obra e se acumulavam habitando às margens das grandes cidades. Na Europa, o conceito de pobreza absoluta em função única e exclusiva da renda disponível logo foi substituído por um senso de civilidade onde a pobreza se encontrava fora de um nível socioeconômico inclusivo e do padrão de vida conciliável ao crescimento econômico vigente.

2.2 Referencial teórico

De acordo com Cimoli et al. (2015), a distribuição da renda, e consequentemente a pobreza, dentro de um país possui dois condicionantes principais, a redistribuição de renda e uma estrutura produtiva dinâmica, tendo para ambos como um dos principais determinadores de seus desenvolvimentos, as instituições. O primeiro pode ser atingido através de gastos sociais e redistribuição de renda, porém não sendo suficiente para garantir uma igualdade de longo prazo. O segundo requer incentivos governamentais e capacidade de absorção tecnológica do país, sendo condição necessária para uma estabilidade igualitária sustentável.

Para haver manutenção da distribuição de renda sem necessidade de esforços constantes através de expansões fiscais (as quais trazem consigo inflação e taxa de câmbio real crescente), num tipo de crescimento de “*stop and go*”, sempre com o pairar da chance de abandono da trajetória de diminuição da desigualdade, pela fragilidade do sistema, com qualquer crise política ameaçando o processo redistributivo é necessário também avanços na estrutura produtiva. Apenas com uma estrutura de produção diversificada é possível a criação de mais empregos (reduzindo

a taxa de desemprego, aumentando a capacidade de negociação salarial), melhores, com remunerações superiores que se possibilita geração de renda o suficiente para a instituição redistributiva corrigir os impactos negativos das mudanças técnicas através de impostos e transferências. Como adiciona Cimoli,

“Income distribution is determined by the production structure and the institutional setting. Two kinds of institutions are highlighted, those that affect the rate of economic growth and those that affect transfers from high income to low income agents” (CIMOLI et al., 2015, p.23).

Um possível problema de uma estrutura produtiva dinâmica, voltada à busca da intensidade no conhecimento e inovação é a criação de faixas de trabalhadores, dos mais especializados aos menos, especialmente no caso de estruturas diversificadas e bem definidas entre moderna e tradicional, dando outro papel às instituições, de difundir os benefícios, entre todos os estratos, redefinindo ex-post a situação causada pelo mercado por si próprio. Nota-se grande diferença entre a distribuição de renda capaz de ser gerada pelo mercado de forma “livre” (não que esse não seja definido pelas instituições, também ex-ante), e a situação final, com as instituições possuindo um papel muito importante através da tributação (e posterior transferência de renda) como podemos observar na Figura 1, com o índice de Gini reduzindo substancialmente para alguns países (de tributação maior sobre a renda e patrimônio) após a tributação. Através de uma política tributária progressiva e redistributiva pode-se corrigir a concentração de renda derivada de renda muito discrepantes, caso comum em economias com a estrutura produtiva dinâmica. A correção via impostos ainda é capaz de abranger uma porcentagem maior da população em comparação à políticas ativas de distribuição de renda como as transferências diretas, pois a mesma já identifica os possíveis beneficiários através da própria declaração.

Figura 1 – Índice de Gini antes e depois da tributação e transferências

Table 1
Gini index after and before taxes and transferences

	Before Taxes and Transferences	After Taxes and Transferences	Percent Variation
Australia	46.9	33.4	-28.8
Austria	47.9	26.7	-44.3
Belgium	47.8	26.2	-45.2
Canada	44.7	32.0	-28.4
Czech Republic	44.9	25.6	-43.0
Denmark	42.9	25.2	-41.3
Estonia	48.7	31.9	-34.5
Finland	47.9	26.0	-45.7
France	50.5	30.3	-40.0
Germany	49.2	28.6	-41.9
Greece	52.2	33.7	-35.4
Iceland	39.3	24.4	-37.9
Ireland	59.1	33.1	-44.0
Israel	50.1	37.6	-25.0
Italy	50.3	31.9	-36.6
Japan	48.8	33.6	-31.1
Korea	34.1	31.0	-9.1
Luxembourg	46.4	27.0	-41.8
Netherlands	42.4	28.8	-32.1
New Zealand	45.4	31.7	-30.2
Norway	42.3	24.9	-41.1
Poland	46.8	30.5	-34.8
Portugal	52.2	34.4	-34.1
Slovakia	43.7	26.1	-40.3
Slovenia	45.3	24.6	-45.7
Spain	50.7	33.8	-33.3
Sweden	44.1	26.9	-39.0
Switzerland	37.2	29.8	-19.9
United Kingdom	52.3	34.1	-34.8
United States	49.9	38.0	-23.8
OECD Average	46.8	30.1	-35.4
Argentina	50.6	44.7	-11.7
Bolivia	50.3	49.3	-1.9
Brazil	60.0	54.1	-9.8
Mexico	50.9	48.8	-4.1
Peru	50.3	49.3	-1.9
Uruguay	52.7	45.4	-13.8
Latin America Average	52.8	49.4	-6.3

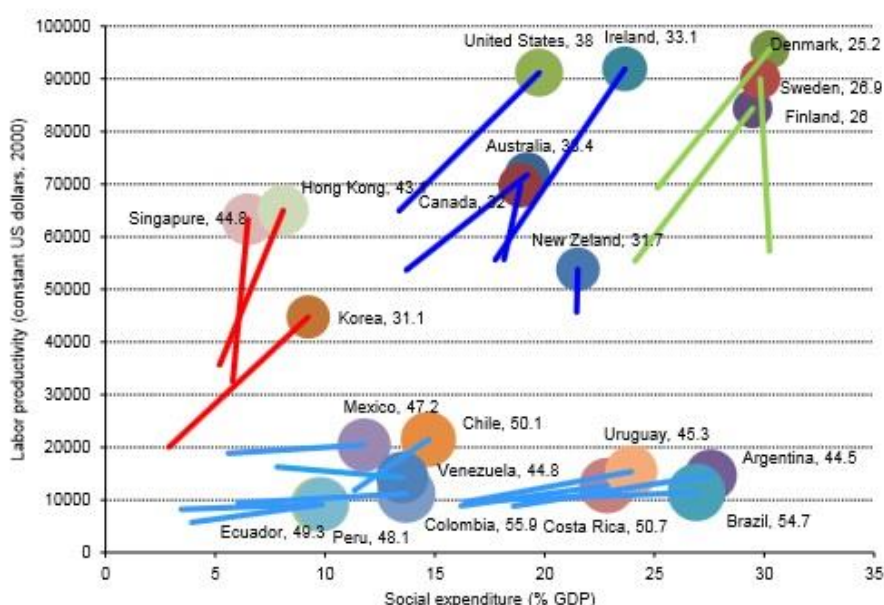
Fonte: elaborado por Cimoli et al. (2015)

Nota: Índice de Gini na base 100

Assim, Cimoli et al. (2015) define quatro tipos de congruência entre estrutura produtiva e distribuição de renda, duas delas estáveis, podendo ser observadas na figura 2.

1. Estrutura produtiva dinâmica e voltada ao conhecimento e inovação, com alto crescimento de produtividade de forma sustentável e predisposição à igualdade, compondo um equilíbrio – países como Dinamarca e Suécia, no quadrante nordeste;
2. Estrutura produtiva simples e de baixa complexidade, com fraco crescimento e alta concentração de renda, compondo outro equilíbrio – como Peru e México, no quadrante sudoeste;
3. Estrutura produtiva dinâmica e voltada ao conhecimento e inovação, com alto crescimento de produtividade de forma sustentável, porém sem preocupação com a redistribuição, necessitando mais atenção ao bem-estar da população – como Estados Unidos e Coréia do Sul, no quadrante noroeste;
4. Estrutura produtiva simples e de baixa complexidade, de lento crescimento, porém compromissada à redistribuição. Utiliza do sistema político para solucionar ou mitigar a desigualdade – como o Brasil e a Argentina no quadrante sudeste.

Figura 2 – Gasto social, produtividade do trabalho e distribuição de renda (Gini)



Fonte: elaborado por Cimoli et al. (2015)

Portanto podemos observar que de quatro tendências de crescimento e distribuição distinguimos dois equilíbrios, um de crescimento sustentado e igualdade e outro de estagnação e desigualdade, e duas situações temporárias, de estrutura produtiva dinâmica, porém sem preocupação com o bem-estar e estrutura simples, no entanto com distribuição de renda. Podemos observar na Figura 2 que o Brasil se encontra neste último caso, com a distribuição, redução da pobreza e da desigualdade se baseando no aumento da renda do trabalho (muitas vezes artificial) e tendo como papel do poder público quase exclusivamente a transferência de recursos para os indivíduos de baixa renda, porém sem esforço de mudança estrutural da produção – necessário para o avanço da estrutura produtiva, pois o mesmo não acontecerá espontaneamente – possuindo apenas um dos tipos de instituições ressaltadas por Cimoli, caracterizando uma trajetória insustentável a longo prazo.

2.3 Conceitos de pobreza

O conceito de pobreza possui um caráter de inconsistência importante de ser distinguido. Sua mutabilidade acontece não somente temporalmente como também entre regiões do mundo, entre países e até mesmo dentro de localidades distintas do mesmo país. Com isso, é importante para um estudo sobre a pobreza realizar uma distinção entre os diferentes tipos e definições utilizadas para diferentes situações. Países em diferentes níveis de desenvolvimento utilizam metodologias distintas para a definição de linha de pobreza, pois não há comparabilidade absoluta, apenas relativa. Em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, o conceito de pobreza absoluta é suficiente para a análise, pois há uma parcela significativa da população que não possui acesso ao básico requerido para a sobrevivência. No entanto, para países desenvolvidos, essa máxima não é satisfatória, dado que o foco da análise deve ser comparação entre as rendas médias dos estratos. No Brasil, nos anos 1990, por exemplo, hipoteticamente, toda a população seria pobre se residisse com sua renda *per capita* nos Estados Unidos, demonstrando a necessidade de uma metodologia e definição de uma linha da pobreza específica para cada situação. Além destas medidas unidimensionais da pobreza, cabe também ressaltar as multidimensionais, as quais de acordo com UI Haq (1999, apud COMIM; BAGOLIN, 2002, p.470) expressam de maneira mais adequada o âmbito do "desenvolvimento humano", ao contrário das medidas puramente monetária como a renda, que indicam

bem-estar, expressando desenvolvimento econômico. Nesta seção serão apresentados alguns conceitos importantes de pobreza.

2.3.1 Linhas de pobreza

A dificuldade de definição de uma linha de pobreza internacional que seja utilizável como base de comparação entre países, se dá nas diferentes composições, condicionantes e contextos históricos da pobreza em cada localidade. Um país com renda *per capita* em torno dos US\$8.000 com uma renda reconhecidamente concentrada não pode ser facilmente comparável com um país com renda *per capita* próxima aos US\$50.000 e bem distribuída, mesmo que não se possa dizer que não há pobreza no segundo.

Não obstante as dificuldades metodológicas de tal aproximação com a pobreza, a linha da pobreza continua amplamente utilizada como balizadora de políticas (o que também causa dificuldade de diferenciação entre pobres), em especial em países em desenvolvimento. Dessa forma, é importante identificar alguns dos principais tipos de linha de pobreza para maior esclarecimento, como analisado a seguir:

2.3.1.1 Linha de pobreza absoluta

A linha de pobreza absoluta considera como corte as necessidades nutricionais mínimas – muito utilizado na América Latina – tendo como principal argumento que a necessidade de comer é indiscutível, afinal, “a única necessidade absoluta e objetiva, que vale tanto na Bélgica como em Bangladesh, é a alimentação” (SOARES, 2009, p.9).

Enquanto a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ou FAO) utiliza para definição da linha, a quantidade de cada nutriente necessária, através de características físicas (como idade, sexo, peso e altura) e atividade (se de intensidade leve, média ou pesada), o Brasil opta por usar como *proxy* disso a quantidade de calorias, ou insuficiência calórica. Através de tal quantidade de calorias é definida a Linha de Indigência, abaixo da qual as pessoas que não possuem renda suficiente para ter acesso a ela. A partir desta última é calculada a Linha da Pobreza, que inclui também necessidades não-alimentares de certa forma arbitrárias, ficando a cargo do analista.

Apesar de amplamente utilizada, Comim e Bagolin (2002) denotam que a classificação homogênea de “acima da linha” ou “abaixo da linha” não tem a capacidade de medir a intensidade da pobreza.

2.3.1.2 Linha de pobreza relativa

A criação da linha da pobreza relativa se deu devido a insatisfação com a linha absoluta. Isso se deu, entre outros motivos, por discordância no método de medição do custo calórico necessário para o ser humano. Tal linha utiliza de uma fração da média ou mediana da renda da população como corte. Soares (2009) demonstra que balizar a linha da pobreza através de tais conceitos acaba colocando a pobreza como função somente da desigualdade, ou seja, estatisticamente um país que dobre seu PIB sem reduzir a desigualdade manteria a pobreza intacta, o que não parece ser verdadeiro.

2.3.1.3 Linha Administrativa

Políticas públicas e sociais comumente utilizam linhas administrativas para definir os cortes de beneficiários. Por exemplo, no Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) utiliza como linha, famílias que recebem menos do que R\$170,00 *per capita* por mês, enquanto o Benefício de Prestação Continuada de Assistencial Social (BPC) traça a linha em um quarto do salário mínimo vigente.

Um dos grandes problemas desta linha é o fato de o valor ser arbitrário, ou seja, qualquer linha é válida como o exemplo anterior demonstra. Além disso, Soares (2009) traz a luz que pelo fato de tais linhas serem utilizadas para distribuir recursos, muitas vezes é muito ponderada pela condição fiscal do país e não somente necessidade social.

2.3.1.4 Linha Subjetiva

As linhas subjetivas ocorrem de forma aparentemente mais arbitrárias que as anteriores. As mesmas são definidas pelos padrões de vida e de consumo da respectiva sociedade e época. Smith foi o pioneiro nesse quesito, afirmando que a linha da pobreza é a renda mínima que comporte todas as necessidades definidas histórica e culturalmente.

Na tabela 1 podemos observar algumas linhas da pobreza utilizadas no Brasil:

Tabela 1 - Referências de linhas de pobreza no Brasil em 2007

Instituições	Critério	Porcentagem da população abaixo da linha definida	Quantidade de pessoas abaixo da linha definida ^(e)
Banco Mundial	- Linha de indigência: pessoas com rendimento inferior a US\$ 1,00 por dia	11,6	20 milhões
(BIRD) ^(a)	- Linha de indigência: pessoas com rendimento inferior a US\$ 2,00 por dia	26,5	45 milhões
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	- Linha de indigência: pessoas com rendimento inferior a US\$ 2,00 por dia	26,5	45 milhões
PNUD/ONU Programa das Nações	- Linha de indigência: pessoas com rendimento inferior a US\$ 1,00 por dia	11,6	20 milhões
Unidas para o Desenvolvimento	- Linha de indigência: pessoas com rendimento inferior a US\$ 2,00 por dia	26,5	45 milhões
IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas	- Linha de pobreza regionalizada variando de R\$ 68,00 a R\$ 126,00 em moeda constante de 1999	33,6	57 milhões
MPAS Ministério da Previdência Social	- Linha de pobreza estimada em R\$ 98,00 por mês <i>per capita</i> ^(b)	34	57 milhões
CPS/FGV Centro de Políticas Sociais da FGV	- Linha de pobreza estimada em R\$ 80,00 <i>per capita</i> ^(c) .	29,3	50 milhões
Instituto da Cidadania	- Linha de pobreza: pessoas com rendimento inferior a aproximadamente US\$ 2,00 por dia ^(d)	27,8	44 milhões

Fonte: Pochmann (2007)

a) As porcentagens são referentes a 1998. Fonte: *World Development Indicators* 2002.

b) Extraído de palestra proferida pelo MPAS no III Encontro Ministerial de Desenvolvimento Social da América Latina, no Rio de Janeiro em 2002.

c) Extraído do Mapa do Fim da Fome, 2002.

d) População brasileira estimada em 158 milhões de pessoas, devido a algumas exclusões como: não declaração de renda, pensionistas, empregados domésticos que dormem no trabalho etc. Extraído do Projeto Fome Zero.

e) Sempre referente à população de 2000, anunciada pelo censo do IBGE

2.3.2 Pobreza unidimensional

A principal variável de análise da pobreza de uma forma unidimensional é a própria renda apropriada pelo estrato da população. Este método analítico é preferível quanto a comparabilidade e a renda possui alta correlação com as privações as quais passa um indivíduo pobre. Além disso, por não haver outras estatísticas sociais disponíveis e agregáveis, a homogeneidade da informação facilita a análise.

Na análise da proporção de pobres, é verificada a renda do mesmo e dividida a população entre pobres e não-pobres, através da definição de uma linha de pobreza.

Também utilizado é o hiato médio entre a renda dos pobres e a necessária para erradicar a pobreza, ou seja, a insuficiência de renda total. No entanto, tal definição através da insuficiência de renda não mede a intensidade da pobreza, como afirma Sen,

“[...] simples incidência não dá atenção ao fato de que as pessoas podem estar um *pouco* abaixo da linha, ou *muito* abaixo, e que também a distribuição de renda entre os pobres *pode ou não* ser ela mesma muito desigual” (SEN, 2001, P. 165-66).

E mais, induz as políticas sociais a ajudarem mais os indivíduos mais próximos a linha de pobreza do que os em situação ainda pior, isso por ser “insensível ao número de indivíduos envolvidos, e considera somente a insuficiência média de renda dos pobres com relação a linha de pobreza”. (SEN, 2001, P. 166). Portanto “cabe aos gestores dessas políticas questionar se os resultados ‘mais eficientes’ são também os mais justos” (COMIM; BAGOLIN, 2002, p.472). Esta necessidade de agregação da origem ao índice de Sen e de Foster, Greer e Thoelbecke, os quais serão explorados nas próximas seções.

2.3.3 Pobreza multidimensional

Claramente a pobreza não é um assunto simplesmente reduzível a renda, mesmo que seja a aproximação mais utilizada, por diversos motivos. A mesma depende de inúmeras condições, como qualidade de vida e dignidade, portanto pode ser medida de maneira mais ampla, através de um viés multidimensional. Rocha (2003) traz uma oposição desta corrente em três pontos quanto a linha da pobreza, o abandono da renda como principal condicionante (preterido por indicativos de

qualidade de vida), o objetivo de melhora para a sociedade como um todo e a ligação entre as diversas carências que incidem sobre os pobres.

O grande desafio da multidimensionalidade da pobreza se dá pela dificuldade de unificar e sistematizar as informações, a ponto de torná-las comparáveis. Com isso, Barros, Carvalho e Franco (2006) afirmam que não é possível ordenar de forma social as preferências, onde pode-se, concomitantemente, haver melhora em um quesito e piora em outro (educação e saúde, por exemplo). Saúde, trabalho, renda, educação, habitação, transporte, são apenas alguns dos exemplos ou funcionamentos que fazem parte da necessidade e do âmbito trabalhado. Portanto, o próprio pobre acaba se tornando o único capaz de ordenar, de forma individual, pois “[...] votam em programas políticos que privilegiam, por exemplo, segurança e trabalho no lugar de educação e saúde ou vice-versa” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p.9), portanto, na verdade, a pobreza pode ser medida em termos de privações de capacidades de atingir funcionamentos.

2.3.4 Paradigma das capacidades

Amartya Sen desenvolveu o paradigma das capacidades de forma a trazer mais clareza para o conceito de pobreza. Para o autor, somente o critério da renda não deve definir exclusivamente se um indivíduo é pobre ou não, sendo a pobreza a privação de capacidades essenciais, essas sim, podendo ser privadas pela falta de renda. De acordo com Sen (2001), essas capacidades possuídas pelo ser humano são o que permitem o mesmo a atingir seu vetor de funcionamentos – este é composto da nutrição, saúde, felicidades, respeito próprio, inclusão na comunidade ou qualquer outra necessidade, definida pelo próprio indivíduo como tal. Essa abordagem possui alguns argumentos principais:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contrastes com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*).
- 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real - além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional. (SEN, 2000, p.109-10)

Existem inúmeros fatores que contribuem para a dinâmica entre a renda e as capacidades, como idade, papéis sexuais e sociais, localização e condições de saúde. Uma pessoa mais velha, por exemplo, pode necessitar de mais renda para manter o mesmo nível de funcionamentos que outra mais jovem, simplesmente pelo fato de possuir mais gastos relacionados a sua saúde, como remédios, mostrando que a “renda real” é muito mais representativa do que a renda em si. Outro exemplo é a preferência por um filho em detrimento de outro, dentro de uma família, tendo os dois a mesma renda *per capita* aparente, porém sendo um mais pobre que o outro em termos de capacidades. No entanto, deve-se atentar ao fator liberdade, pois ainda que uma pessoa tenha capacidade para atingir um funcionamento, porém opte por não atingir, não pode ser considerada pobre.

Em suma, o viés da capacidade faz

[...]melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a tenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas tem razão para buscar e correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins”. (SEN, 2000, p.112).

2.4 Ferramentas para aferição da desigualdade e distribuição de renda

De acordo com Palma (2011), a globalização está diretamente relacionada com a desigualdade, conduzindo o mundo inteiro para um patamar superior do problema. No entanto, Fonseca (2004), afirma que os países desenvolvidos possuem, via de regra, uma melhor distribuição de renda que os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Porém, os dados, sem um tratamento adequado, implicam em uma causalidade entre crescimento e distribuição que se mostra errônea, o que é provado pelo fato de o problema recente de distribuição de renda não ser exclusivo das economias em desenvolvimento, estando também presente em economias desenvolvidas.

Dado o impacto da enorme desigualdade e concentração de renda na pobreza do Brasil e da incapacidade dos indicadores de analisar além da simples posse da renda e sim considerando a distância relativa entre as pessoas, ou seja, da condição de vida e bem-estar do pobre para o cidadão mediano, é importante analisar os quesitos de maneira próxima. Existe um problema crônico de disparidade no Brasil, que remonta ao período colonial e da acumulação do capital e somente recentemente

vem apresentando perspectivas de avanços, mesmo que ainda incipientes. O número de pobres sempre foi alarmante, bem como a desigualdade entre estes e os dos estratos mais altos os quais se apropriam da maior parte da renda no país. Tamanha desigualdade em um país do tamanho do Brasil não só é prejudicial pois aumenta a pobreza e diminui o bem-estar da população como também causa entraves no crescimento e desenvolvimento econômico, diminuindo o dinamismo da população.

A seguir apresentam-se algumas das ferramentas utilizadas para aferir a desigualdade, a distribuição de renda e a pobreza:

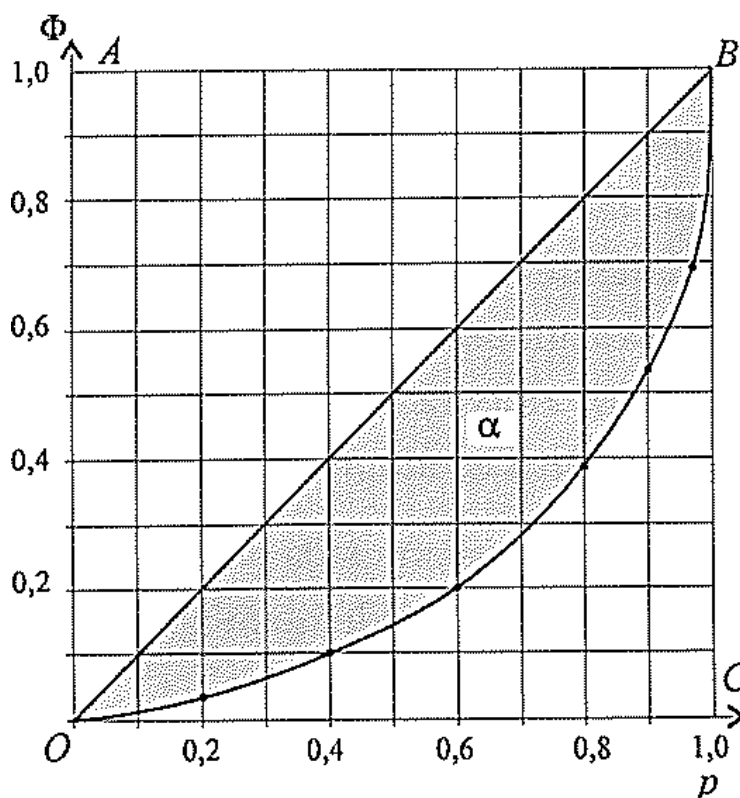
2.4.1 A curva de Lorenz

Um gráfico importante utilizado para medir e demonstrar a desigualdade bem como sua evolução é a Curva de Lorenz. “A curva de Lorenz mostra como a proporção da renda total aumenta em função da proporção da população, considerando rendas crescentes *per capita*” (Hoffmann, 1998, P.34).

O gráfico une pontos em uma curva, a qual demonstra a cada nível de renda selecionado (decil, quintil, quartil), quanto da renda é apropriada por tal porcentagem da população. Caso a renda fosse perfeitamente distribuída – ou seja, 1% mais pobre da população se apropriasse de 1% da renda, e assim a cada ponto – teríamos a linha de perfeita igualdade, representada pela linha diagonal da figura 3, enquanto em um caso com uma pessoa se apropriando de toda a renda da população, teríamos os catetos dos triângulos, representados na parte inferior do gráfico através da linha da perfeita desigualdade. A curva representada entre as linhas de perfeita igualdade e perfeita desigualdade é chamada de curva de Lorenz, representando a situação representada dos dados tratados quanto à desigualdade.

Considerando que a linha diagonal OB representa a perfeita igualdade e que a Curva de Lorenz representa onde se encontra a presente distribuição, podemos concluir que todo o espaço entre as mesmas representa a desigualdade em questão, representada por α .

Figura 3 – Curva de Lorenz



Fonte: elaborado por Hoffmann (1998)

2.4.2 Índice de Gini

O índice de Gini – criado por Conrado Gini no ano de 1914 - é utilizado como medida de desigualdade e demonstração da concentração de renda, tendo, de acordo com Hoffmann (1998), vantagem sobre outras medidas devido a familiaridade com a Curva de Lorenz, podendo ser expressado por tal, também tendo como intervalo o período entre 0 e 1. De acordo com Hoffmann (1998), “O índice de Gini (G) é definido como o quociente entre a área de desigualdade α e o valor deste limite, ou seja, [...] $0 \leq G \leq 1$ ”.

2.4.3 Palma Ratio

Palma critica o poder explicativo do índice de Gini pois o mesmo, apesar de explicativo para ambas as pontas da distribuição, é muito mais sensível a modificações no centro da mesma. Observando os dados, o autor demonstra que a distribuição da metade central da população (ou seja, os cinco decís entre o superior e os quatro inferiores) é homogênea, previsível e semelhante na maioria dos países

do mundo, apropriando-se de aproximadamente 50% da renda. Com isso, questiona que:

Basically, it seems that a schooteacher, a junior or mid-level civil servant, a Young professional (other than economics graduates working in financial markets), a skilled worker, middle-manager or a taxi driver who owns his or her own car, all tend to earn the same income across the world – as long as their incomes are normalised by the income *per capita* of the respective country. (PALMA, 2011, p.17)

Portanto, as classes da população trabalhadora pertencentes ao centro da distribuição não divergem ao redor do mundo, sendo relativamente estáveis para diversas regiões. Conclui-se então que essa classe “mediana” consegue se apropriar de metade da renda nacional como um grupo, através de “rede de segurança distributiva”. Com estes respectivos problemas do índice de Gini e informações a respeito da distribuição normal, Palma propõe um índice $D_{10}/D(1-4)$, ou seja, a porcentagem de renda do decil superior dividida pela soma das porcentagens dos quatro decís inferiores, compondo assim, o índice de Palma, o qual permite observar de maneira mais adequada modificações nas extremidades da distribuição, ou seja, torna a polarização da renda mais aparente. Através de tal poder explicativo, o novo índice representa variações na pobreza de maneira mais efetiva, dado que o índice de Gini possui pouca sensibilidade a tais variações. O autor ainda demonstra a importância da divisão da análise em decís, ao invés do costumeiro quintil, devido ao fato de os dois decís que o compõem serem duas faixas completamente distintas de renda, com tal agregação causando uma perda significativa e desnecessária de informações. O decil mais importante para o entendimento da distribuição, para o autor, é representado pelos 10% que se apropriam da maior quantidade de renda, ou seja, o decil superior.

Outra consideração a ser feita é o fato de já não haverem mais comprovações do funcionamento do “U invertido” de Kuznets, inclusive indicando provas de seu desaparecimento ao longo do tempo como demonstra Piketty (2014), utilizando uma série mais longa, que o “U invertido”, na verdade, compõe uma curva maior, com seu ponto de inflexão e queda observado por Kuznets sendo na realidade, uma exceção na primeira metade do século XX. Com isso, a noção de ser necessário o crescimento para somente após, haver a divisão - exemplificada pela notória frase de Delfim Neto, em que o “bolo” haveria de crescer, para então ser dividido – parece não haver mais embasamento.

2.4.4 Índice de Theil

Os índices T e L de Theil foram compostos com base em conceitos da teoria da informação, sendo um exemplo de transbordamento e transposição de conhecimento de uma área para outra – neste caso, da Física e Engenharia de Comunicação para as Ciências Econômicas. O índice varia de 0 a 1, sendo melhor a distribuição quanto mais próximo de zero. O mesmo é formado pelo logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar *per capita* média. Há perfeita distribuição quando a razão for unitária, sendo Theil zero.

2.4.5 Outros índices

2.4.5.1 Índice de Atkinson

O índice de Atkinson é medido através do bem-estar social, ou seja, utilizando uma função com relação à população. No entanto, a grande diferença é que o mesmo é calculado de forma individualmente e somado. Ou seja, o índice de bem-estar não é impactado pela renda de outros indivíduos ou modificações nas rendas de outras pessoas, e sim a soma do bem-estar de cada pessoa.

2.4.5.2 Índice de pobreza de Sen

O índice de pobreza composto por Amartya Sen é associado ao índice de Gini, porém possui uma modificação importante. Tal índice, além da desigualdade entre as camadas considera tanto a pujança da pobreza quanto a distribuição de renda entre a população pobre. Em outras palavras, o índice considera diferenças entre o “menos pobre” e o “mais pobre” entre os pobres, para compor um indicador que contemple diferentes situações entre diferentes indivíduos, sendo este mais preciso para a tomada de decisões de políticas.

2.4.5.3 Índice de Foster, Greer e Thoelbecke (FGT)

O índice FGT associa os hiatos de renda com a desigualdade intraindivíduos, ponderando-os pelo quadrado do mesmo. O mesmo é descrito, assim como o índice de pobreza de Sen, como “função da proporção de pobres, da razão de insuficiência de renda e de uma medida de desigualdade da distribuição da renda entre os pobres” (HOFFMANN, 1998, p.223). Comim e Bagolin (2002), no entanto, apontam que o mesmo utiliza somente a variável renda através da média (de bem-estar, de necessidade), não atingindo necessariamente a todos.

2.4.6 Índices Multidimensionais

2.4.6.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH foi desenvolvido em 1990 por Amartya Sen e Mahbub ul Haq e é utilizado no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) desde 1993. O mesmo foi um dos primeiros índices a medir a pobreza de forma multidimensional.

O índice possui três dimensões principais, educação, saúde e renda. Além dos anteriores, utiliza de outras quatro variáveis em sua composição, esperança de vida ao nascer, anos médios de escolaridade, esperança de anos de escolaridade e rendimento nacional bruto *per capita*. O IDH é internacionalmente utilizado e reconhecido, porém possui como ineficiência seus pesos arbitrários para cada critério. Além disso, por ser um indicador “geográfico” (no sentido de possuir a limitação de ser aplicado somente geograficamente e não em cortes específicos de análise) a população abrangida é muito heterogênea, com preferências e capacidades distintas.

2.4.6.2 Índice de Pobreza Humana (IPH)

O IPH é um índice derivado do Índice de Desenvolvimento Humano, porém com foco na pobreza. Possui em sua composição uma dimensão - exclusão social, utilizando do desemprego médio como aproximação – e três variáveis a mais - longevidade, conhecimento e padrão de vida. Em resumo, o IPH mede as carências do desenvolvimento humano. Existem duas versões distintas para países em desenvolvimento (IPH-1) e industrializados (IPH-2) com diferenças entre as variáveis utilizadas.

O Índice de Pobreza Humana possui os mesmos problemas que o IDH, onde as preferências sociais não são representadas e sim estimadas. No entanto, Barros, Carvalho e Franco (2006) parecem acreditar que assim como o IDH, pela velocidade de difusão e frequência de utilização tanto no meio acadêmico quanto de forma meramente informativa, os índices não devem contradizer as preferências sociais.

3 POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL

A discussão acerca da distribuição de renda nos países em desenvolvimento, e especificamente no Brasil, vem ganhando significância desde a década de 1970, principalmente devido à importância do fenômeno, o qual passa a ser investigado mais assiduamente, a partir da disponibilidade de dados fornecidos pelos Censos Demográficos, principalmente a partir de 1960. No entanto, percebe-se que o problema da desigualdade na população é marca no país desde um período muito anterior. De acordo com Pochmann (2015), desde o século XVIII, enquanto ainda sob o comando da coroa portuguesa, apenas 10% da população no país controlava cerca de 2/3 da riqueza e da renda no país. Ainda no processo de desenvolvimento nacional, tanto nos período primário exportador quanto no nascer da expansão do projeto urbano-industrial mantiveram-se as tendências concentradoras de renda e marcadas pela alta incidência de uma população pobre.

A marca do período anterior ao Plano Real foi o aprofundamento constante da desigualdade e da pobreza, de formas distintas, em diferentes períodos. De acordo com Pochmann (2015), entre 1930 e 1960, através de partidos políticos, associações estudantis e sindicatos conteve-se a expansão da desigualdade, enquanto a partir de 1960, sob regimes autoritários, favoreceu-se completamente os ricos, retornando à trajetória de concentração de renda e ao padrão distributivo excludente da economia e sociedade brasileira. Fica a cargo dos economistas estudar os motivos e condicionantes por trás de tais efeitos, onde movimentos acontecem em períodos de crescimento, bem como de recessão.

Hoffmann (1975) expõe que os tipos de rápido crescimento econômico praticados pelo Brasil em certos períodos de bonança foram condicionados e favorecidos pela concentração de renda, isso se opondo ao desenvolvimento econômico a longo prazo. Barros e Mendonça (1995) também asseveram que o PIB *per capita* de 1990 superava em duas vezes e meia o de 1960, o que significa uma taxa de 3% de crescimento anual médio, estando no quarto superior de crescimento no período dentre os países aos quais o Banco Mundial tem acesso a informações, ou seja, desde tal período a renda *per capita* do Brasil não poderia nem de longe ser considerada próxima da pobreza, sendo esta uma realidade diferente do que a

desigualdade mostra. Tal crescimento econômico não veio acompanhado de uma distribuição da renda adequada, o que levou ao crescimento do índice de Gini observado no Brasil no período. 1960 – 0,5, 1970 – 0,52, 1980 – 0,60.

Analisando a Curva de Lorenz do mesmo período, demonstra um crescimento no grau da desigualdade, onde os 20% mais ricos passam a possuir 65% da renda contra 54% anteriormente. Paralelamente, os 50% mais pobres decaem de 18% para 12%, de acordo com Barros e Mendonça (1995). Fica claro que a pobreza e bem-estar global foi reduzida no período de 1960 a 1990, porém não afetando a todos igualmente, se concentrando na cauda superior da distribuição em décimos de riqueza.

3.1 Década de 1960

Com a implementação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, plano este concebido devido à falta de investimentos em setores estratégicos no país (energia, indústrias de base, transporte) e a construção de Brasília obteve-se um ótimo crescimento econômico, próximo dos 9% ao ano no período. No entanto, pela necessidade de financiamento do plano através de recursos externos e emissão de moeda, acabou-se entrando em um período de forte concentração de renda, derivada do aumento na inflação (herança esta deixada para os governos seguintes) bem como do aumento salarial dos estratos superiores – de acordo com Hoffmann (1975) e Macedo e Garcia (1978), apenas os 20% de maior renda e os 10% de menor renda obtiveram ganho real no período, este último, de maneira marginal – e de uma queda no salário real causando uma deterioração do poder de compra, sentida de maneira mais forte pelas camadas intermediárias da distribuição. Com o salário real crescendo menos que a produtividade conjuntamente com um maior uso de tecnológica capital-intensiva forma-se um panorama de aumento da desigualdade na década em questão. Outra característica notável da década em questão é o perfil totalmente distinguível da população pobre, ou pelo menos das famílias pobres. Em 1960 podia-se observar um perfil de família com mais de seis filhos, sendo até quatro deles menores de 14 anos, majoritariamente de origem rural, sem instrução ou educação formal alguma. Via de regra, somente o chefe da família, normalmente do sexo masculino, trabalhava, tendo de trazer o sustento para toda a família. De acordo com Fishlow (1975) com o padrão e trajetória excludente em voga, a desigualdade tende a permanecer, pois a chance dos filhos destas famílias serem remunerados com uma renda superior é

influenciada pela renda e escolaridade de seus pais, bem como as suas, que acabam se perpetuando baixas pela necessidade de compor a renda familiar o mais rapidamente possível.

Após o governo de JK, Jânio Quadros assume brevemente com uma política econômica ortodoxa com ênfase na correção de alguns problemas estruturais causados pelo plano de “cinquenta anos em cinco” do governo anterior, como a aceleração inflacionária e o déficit na balança comercial. Tal política foi aplicada até sua renúncia, alguns meses depois, não havendo tempo hábil para demonstrar seus efeitos. Com tal renúncia, somada à tentativa de impedimento à posse de João Goulart advinda do setor militar – o mesmo acaba por assumir o governo através de um sistema parlamentarista, como uma tentativa de diminuir o poder do presidente - instaura-se no país um clima momentâneo de instabilidade política e econômica. Sem sucesso em uma estabilização econômica, em meio a década, observava-se uma inflação próxima de 100% ao ano com um crescimento pífio do PIB, fatores estes extremamente contributivos para uma concentração na renda e aumento da desigualdade no país.

Após o período conturbado do governo de João Goulart, já novamente sobre o regime presidencialista (mediante plebiscito popular), ocorre em 1964, com apoio de parte majoritária da classe média, o golpe militar no Brasil, pondo fim ao período democrático no país, e trazendo à presidência Marechal Castelo Branco. Pregando a estabilização econômica, o início da plataforma do regime militar no Brasil propôs diversas mudanças institucionais tanto nos setores público quanto privado. Através de diversas reformas, fiscal, financeira e mudança da política externa do país (novo alinhamento aos Estados Unidos) buscavam o controle da inflação crônica que afetava o país corroendo as rendas da população em estratos mais baixos e recuperar a trajetória de crescimento da economia. Tais objetivos aparentam ter sido parcialmente atingidos nos primeiros anos, de fato diminuindo a inflação observada, mesmo que através da diminuição da renda real das camadas inferiores de renda, através de uma reforma fiscal com caráter regressivo, diminuindo o poder de compra dos mesmos, e, conseqüentemente o consumo. Não obstante, houve avanços significativos em algumas esferas, como a reforma financeira, a qual, regulada de forma mais eficiente e com a reformulação do mercado de capitais, facilitou o chamado Milagre Econômico, no período subsequente.

3.2 O milagre econômico

A década entre os anos de 1970 e 1980 é relatada como o Milagre Econômico, isto pois possuiu uma média de crescimento anual em torno de 8,6% em termos reais (10% em média, se considerado apenas os 6 anos do Milagre), aumentando a renda para todos os estratos da população. Utilizando capital estrangeiro (através de empréstimos - fato este que amplia o endividamento externo do país) financiou-se, conjuntamente com uma política monetária expansionista, um período de extrema expansão econômica, através de investimento em infraestrutura, subsídios para exportações (buscando melhorar o resultado da balança comercial) e criação e reforço às estatais. Este período, sob o governo de Costa e Silva, com Delfim Neto como Ministro da Fazenda, acaba se encerrando com o primeiro choque do petróleo, em 1973, fazendo com que a inflação novamente saia do controle.

A partir da metade da década de 1970, o país passa a concentrar-se em uma nova etapa de substituição de importações, principalmente voltada para a indústria de base e de bens de capital com o objetivo de ampliar a capacidade industrial do país e não depender de um resultado tão negativo na balança comercial para renovar a indústria (este resultado melhoraria significativamente na década seguinte). Além disso, através das estatais fortalecidas no período anterior, tem-se as preocupações com os setores de energia e infraestrutura ampliadas, dando-se ênfase à energia hidrelétrica e nuclear, bem como ao setor de transportes. Após a crise do petróleo, o crescimento econômico do Brasil acaba tornando-se singular com relação ao mundo, pois os países em geral enfrentavam recessões severas. No entanto, tal crescimento aumentava a vulnerabilidade externa do país devido ao crescente endividamento enfrentado para financiar tal período. Pochmann (2012) sinaliza que houve uma evolução equilibrada entre o crescimento do saldo líquido da renda de três níveis de emprego, até 1,5 salários mínimos, entre 1,5 e três salários mínimos e mais do que três salários mínimos, porém como o primeiro grupo é muito mais populoso que o último, percebe-se um aumento *per capita* superior para os últimos. No entanto, o crescimento foi significativo para a camada inferior no âmbito da pobreza, como afirma Rocha (2004, apud FAGNANI E POCHMANN, 2007, p.145), por conta do crescimento acelerado da economia, houve um ganho de 68% na renda *per capita* no país (em Dólar PPC), com o percentual da população abaixo da linha da pobreza reduzindo-se de 68% para 35%, representado uma queda de 61,1 milhões de pessoas pobres para

41,3 milhões ainda que o país tenha apresentado um crescimento populacional de 2,5% ao ano.

Tais ganhos sociais, no entanto, não foram redistributivos, tendo sido o inverso, altamente concentradores, levando o índice de Gini de 0,56 para 0,59. A renda da população não-pobre era 2,83 vezes a dos pobres em 1970, tendo um salto significativo em 1980 chegando a 5,2 vezes. Este fenômeno de concentração ocorre de forma mais acentuada em regiões específicas, da mesma forma que a redução da pobreza. Regiões como o Sudeste e Sul, com um dinamismo maior e com mais representatividade na produção nacional e a presença de atividades líderes de crescimento acabam tendo maior incidência do impacto, além disso, fenômenos específicos, como o êxodo rural (de 44% da população para 32%) reduziram a pobreza rural de forma geral no território nacional, tendo as áreas urbanas e metropolitanas aumentado sua contribuição para a pobreza no país.

Inversamente, no período analisado, o Nordeste apresenta um aumento significativo na pobreza rural, passando de 46% para 61% da população. Muito disso devido a seca que atingiu o estado entre os anos de 1979 e 1982 e pelo fato de ter sido a região que menos se desruralizou, não apresentando nenhuma alteração no quadro agrário e falta de modernização da agricultura. O quesito de intensidade da pobreza também é maior na região. No nível nacional, o hiato da renda, ou seja, a porcentagem da renda dos não-pobres que seria necessária para trazer toda a população pobre para a linha da pobreza (hipoteticamente acabando com a pobreza no país, dada renda *per capita* suficiente) passou de 36,1% para 5,3% entre 1970 e 1980, enquanto no Sudeste o mesmo passa de 25,1% para 3,2% e o Nordeste de 159,9% para 22,4%.

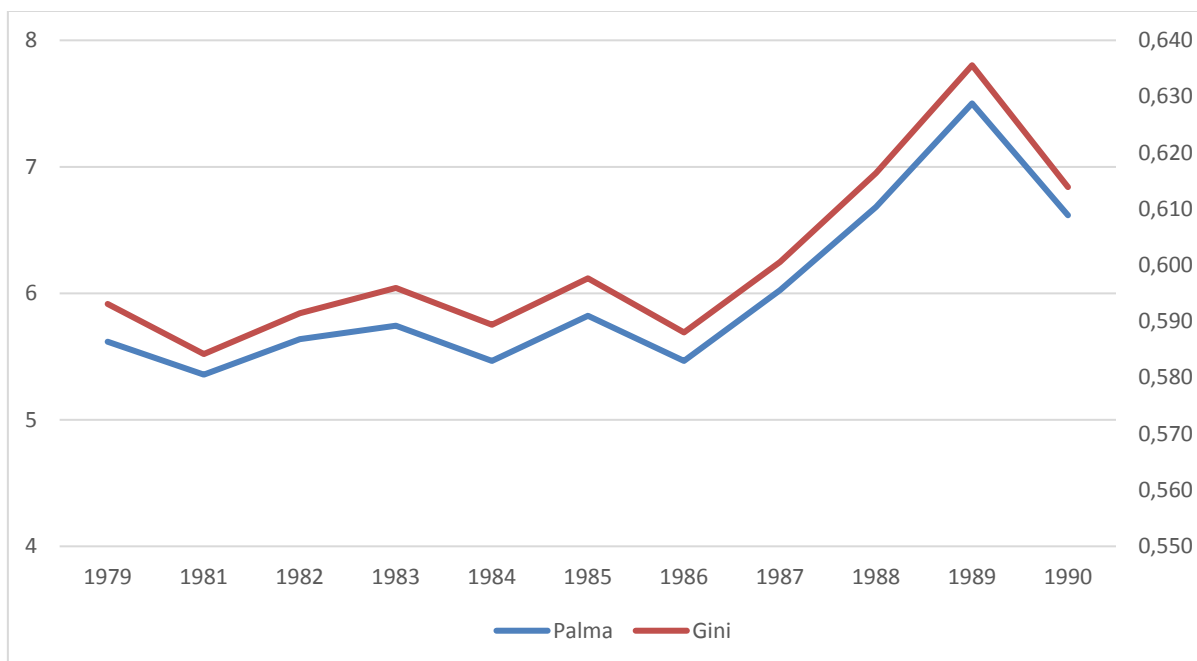
De forma geral, a década trouxe uma redução na proporção de pobres no país, porém com um agravamento da desigualdade regional. Regiões onde já haviam menos pobres passaram a representar menos ainda, porém o mesmo não pode ser dito sobre regiões com maior incidência. Nordeste e Sul/Sudeste representam trajetórias opostas, com o primeiro tendo uma relevância populacional inferior à sua participação pobreza, e, os segundos possuindo uma relevância maior populacional, porém menor participação na pobreza.

3.3 A década perdida

Inicia-se a década de 1980 com o fim do crescimento sustentado desde 1947, ano em que começam a ser registradas as contas nacionais do país de forma sistemática. Na decorrência do segundo choque do petróleo, em 1979, o cenário internacional volta a se deteriorar levando a um aumento na taxa de juros internacional. Além disso, com a Moratória no México em 1982, passa-se a não emprestar dinheiro para os países em desenvolvimento, por medo de calote. O Brasil passa neste período pela chamada década perdida, ou seja, desempenho econômico insignificante, retorno da inflação crescente (chegando à hiperinflação, com aproximadamente 200%), problemas no Balanço de Pagamentos e ainda com uma dívida externa muito alta.

Este período foi marcado pela alta concentração de renda, devido principalmente à perda do poder de compra da população, fato este que afeta de maneira mais incisiva a população com menos renda, sem acesso a meios de proteger tal renda da inflação, e a necessidade de gasto imediato como tentativa de prevenção, conforme demonstra o gráfico 1, com o Palma ratio crescendo em aproximadamente 34% entre 1979 e 1989. Podemos perceber que as trajetórias do índice de Gini e do Palma ratio possuem tendências similares, e, que considerando o período como um todo, a primeira metade da década foi de oscilações quanto à desigualdade e concentração da renda, não raro ano a ano o retorno ao mesmo patamar de um período anterior. Tal estagnação nos primeiros cinco anos se dá pelo considerável crescimento econômico atingido pela ditadura militar, presidida até 1985 por João Figueiredo, o qual em meio ao caos internacional utilizou de investimento no combustível nacional, tanto com petróleo quanto através do aumento do investimento no álcool, o qual diminuiu a dependência de tais produtos a partir do Brasil para com o mercado internacional, reduzindo os impactos do choque de 1979 sobre a economia e causando transbordamentos positivos, mesmo que oscilantes sobre a população mais pobre do país. No entanto, percebe-se uma forte trajetória de deterioração a partir de 1986, somente sendo possível notar algum sinal de recuperação no início da década de 1990, demonstrados por um crescimento do Palma ratio entre 1986 e 1989 de aproximadamente 37% - composto de um crescimento de 10% de participação na apropriação da renda dos decil superior da distribuição, bem como um decréscimo de 20% dos quatro decís inferiores.

Gráfico 1 - Índice de Gini e Palma Ratio - década de 1980



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

Nota: No eixo primário, o Palma Ratio. No eixo secundário, o Índice de Gini.

Apesar disso, mantém-se uma renda *per capita* estável devido a redução do ritmo de crescimento populacional do país. Tal década é marcada pela relativa estabilidade também na proporção de pobres e no hiato da pobreza, com uma redução de 34% para 30% principalmente por causa da região Nordeste, onde o resultado é impactado principalmente pelo fim da seca na região e pelo momento da coleta da PNAD, este após o reajuste do salário mínimo, fazendo a comparação com o ano de 1990 favorável. Sem a região Nordeste, a redução da pobreza fora ínfima, de 25,2% para 23,6%.

A década é marcada por uma sensação de empobrecimento sentida pela população em geral, ao contrário do que a avaliação empírica demonstra. Porém isso é causado, principalmente, pelo fim do aumento de renda e da mobilidade social acessível, presentes há décadas na economia brasileira. A década perdida sente, em 1983, uma segunda queda real do produto, o que, aliado a inflação crescente, causa um aumento da proporção de pobres para 41,2% da população. Contudo, regiões mais subdesenvolvidas do país sentem menos a difusão da crise, centrada nas

localidades mais dinâmicas, como o Nordeste, que além disso, tem como benefício o fim da seca.

Em 1986, com a instauração do Plano Cruzado tem-se um ganho significativo, porém fantasioso na proporção de pobres, baixando de 35% em 1985 para 23,7% em 1986. Os ganhos do plano de estabilização são maiores para a base da distribuição de renda com o abono salarial e o reajuste do salário mínimo impedindo que a inflação tome parte de suas rendas. Mesmo assim grande parte dos ganhos do plano foram revertidos no ano seguinte, com a proporção de pobres se estabilizando ao redor de 30% da população até o ano de 1992, a partir de agora com um caráter primordialmente urbano - com dois terços da população pobre em áreas metropolitanas e urbanas não metropolitanas – tendo sido não somente o crescimento da pobreza urbana, mas de acordo com Kerstenetzky (2016) a redução na pobreza rural devido a Constituição de 1988 que regulariza a aposentadoria rural por idade o que causa um enorme aumento nos gastos sociais do país (junto a programas assistenciais e gastos com saúde, garantindo direitos básicos). Assim,

“No final do subperíodo estão claramente caracterizados dois pólos críticos da pobreza brasileira, a pobreza rural nordestina e a das metrópoles primazes do Rio de Janeiro e São Paulo”(ROCHA, 2006, p.102).

3.4 Anos 1990

O início da década de 1990 foi marcado pela estagnação continuada, herdada da década de 1980. Após sucessivos planos de estabilização inflacionária fracassados e diversas turbulências macroeconômicas, chega-se a um cenário de desorganização produtiva e desestímulo de investimento. Segundo Rocha (2006), nos quatro anos entre 1989 e 1993, o PIB *per capita* sofreu uma queda de aproximadamente 5% com a proporção da pobreza estacionada em 44%, principalmente por conta das estratégias das famílias em reduzir a taxa de natalidade, aumentar a taxa de participação no mercado de trabalho - fatores de certa forma interligados – e por conta de políticas públicas, condições estas que minimizam os impactos da crise contínua sobre a renda *per capita* das famílias da base da distribuição.

Ao fim de 1993, enfim a economia dá sinais de recuperação, com um aquecimento conjunto à inflação e crescimento de 5% no PIB, no entanto ainda com a proporção de pobres se mantendo no mesmo patamar, exceto no âmbito rural,

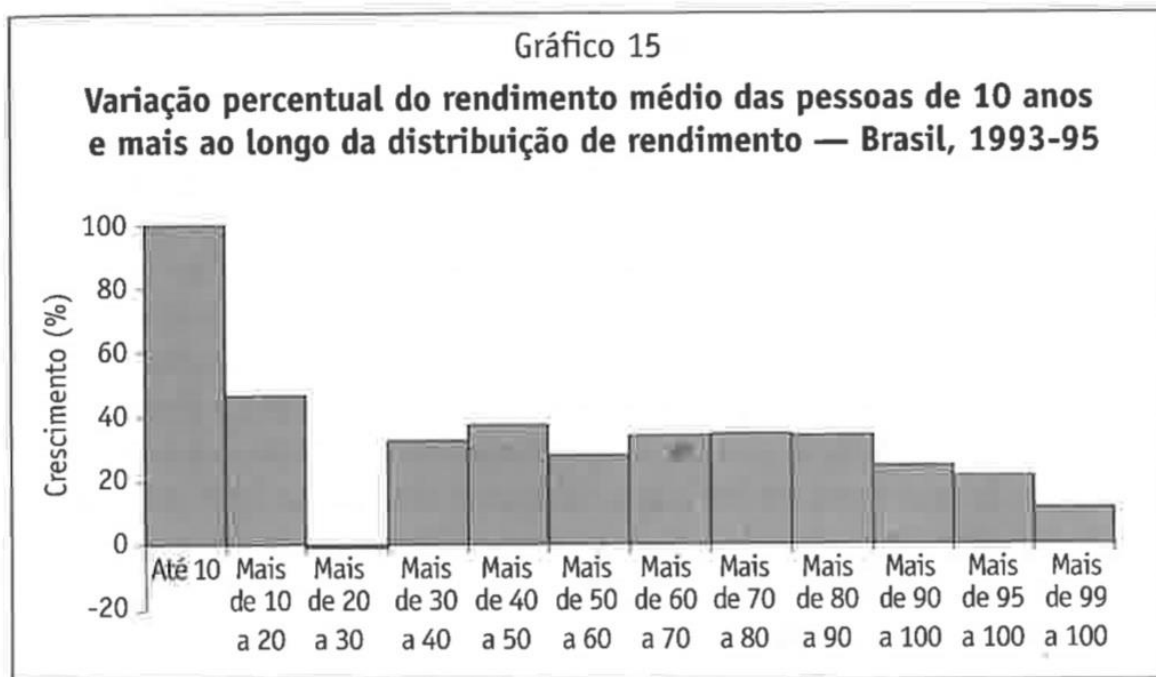
devido ao aumento do produto agrícola e encolhimento dos demais setores. Com a modernização agrícola, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam melhoras na proporção de pobres – fato não acompanhado pela região Nordeste – contrabalanceadas pela piora nas regiões metropolitanas, especialmente São Paulo que difunde a crise recessiva para seus entornos urbanos, demonstrando grande integração regional. A relativa estabilidade da proporção de pobres, todavia, não demonstra a piora da situação dos pobres ante os não-pobres, com o hiato da renda aumentando de forma espacialmente definida – algumas regiões inclusive demonstraram uma espécie de força própria com uma propensão própria à diminuição da pobreza, permitindo a estabilidade a nível nacional - denotando diferenças entre as crises de 1980 e 1990.

3.5 Plano Real e a redução da pobreza

Em 1994 foi lançada mais uma tentativa de estabilização da economia brasileira, com principal objetivo de controle da inflação. O Plano Real foi o primeiro a ter sucesso não apenas de curto prazo, levando a inflação de 48% em junho de 1994, para 22% em 1995, mantendo-se declinante até 1998.

Uma das conquistas do plano foi uma redução drástica da pobreza absoluta, funcionando como uma espécie de fronteira entre patamares de incidência de pobreza. Entre 1993 e 1995, a renda *per capita* do décimo mais baixo da distribuição tem um ganho de 100%, passando de R\$24,00 para R\$48,00, sendo o acréscimo na renda média em torno de 28%, de acordo com Rocha (2006), como podemos observar na figura 4.

Figura 4 – Variação percentual do rendimento médio das pessoas de 10 anos e mais ao longo da distribuição de rendimento no Brasil (1993-95)



Fonte: elaborado por Rocha (2006)

Três fatores se destacam como decisivos para este ganho de renda real dos 10% mais pobres, o comportamento dos preços de produtos alimentícios (devido a maior peso de tais produtos no consumo dos pobres), o aumento relativamente superior dos preços dos *não-negociáveis* após a liberação ao comércio exterior (onde o aumento impacta de forma positiva a renda dos trabalhadores de serviços e comércio, em grande parte de menor renda) e o aumento de 42% do salário mínimo em 1995 (mesmo que de forma mais fraca por causa do aumento natural devido ao aquecimento da economia – importante para os benefícios previdenciários e assistenciais). Estes fatores juntos significam uma redução da proporção de pobres de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993 para 33,3% (49 milhões de pessoas) em 1995, englobando todas as regiões – mesmo com melhorias, o Nordeste continua sendo o lar de 45,5% dos pobres do Brasil em 1995 - reduzindo ainda o hiato da renda (com os que continuaram pobres também se beneficiando dos impactos positivos, com aumento da renda), fazendo deste o maior impacto sobre a pobreza de todo o período entre 1970 e 1999, mantendo-se no mesmo nível até o início dos anos 2000.

Com o início de 1996, os primeiros sinais do esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real começam a aparecer, sinalizando um novo patamar da proporção de pobres no Brasil, em torno de 34%. Com a situação macroeconômica

prejudicada após as crises russa e asiática, déficits públicos e a taxa de câmbio supervalorizada, o PIB *per capita* retrai em 1,45% enquanto o PIB cai em 0,12%, prejudicando os pobres de forma mais pujante. De acordo com Rocha (2006), a queda da renda e do número de postos de trabalho voltados a trabalhadores com menor escolaridade, seguido de uma forte desvalorização da moeda e de um novo declínio da renda *per capita* em 1999 afeta de forma mais acentuada a pobreza nas metrópoles seguido da zona rural, aumentando a proporção de pobres para 35% da população brasileira.

Rocha (2006) indica que, sequencialmente ao agravamento da situação, verifica-se novamente um período de bonança com um crescimento de 4,1% do PIB em 2000. Nova recuperação de postos de trabalho nas metrópoles, com um crescimento de 4,5% entre 1999 e 2001 - paralelamente trabalhadores de baixa escolaridade sofrem de uma nova diminuição de 2,6% em 2000 – e a estagnação da renda média quebrando a propensão declinante desde 1997, trazem esperança de romper o novo patamar.

Apesar disso as crises energética e argentina e a conjuntura internacional atrasam a recuperação, com o estancamento do rendimento do trabalho nas metrópoles, piorando a situação da pobreza metropolitana. Não participar o mercado de trabalho e não possuir qualificação nem meios de consegui-la passa a ser um fenômeno corriqueiro nas maiores metrópoles brasileiras, passando a renda familiar a não sustentar os integrantes da família de forma satisfatória. O combate a pobreza depende cada vez mais dos benefícios previdenciários e políticas sociais providas do setor público, entre elas o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação, entre outras.

Apesar de ser uma década de claro avanço social, principalmente na pobreza, as principais características estruturais da pobreza no país se mantêm, mesmo que reduzidas. “A pobreza no Brasil tem um forte componente regional, uma vez que sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados, é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo-se em direção ao Sul” (ROCHA, 2006, P.135), com 40% da população rural como pobre, porém se tornando cada vez mais metropolitana, com aproximadamente 78% dos pobres sendo urbanos.

3.6 Período recente

No período entre 1997 e 2007, o Brasil passou por uma significativa melhora nos índices de pobreza e desigualdade, de forma sustentada desde 2004, o que pode ser expresso pela taxa de pobreza urbana, e pelo coeficiente de Gini, com uma redução de 41,2% para 29,9% para a primeira, e de 0,602 para 0,552 para a segunda, fato que pode ser, em parte, creditado ao aumento da renda do trabalho e, mais recentemente, aos PTRCs, ou Programas de Transferência de Renda Condicionada, podendo ser simbolizados pelo Programa Bolsa Família (PBF) e pelo Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC). Estes representam uma forma de reduzir a desigualdade, a má distribuição de renda e a pobreza, através de transferências financeiras para as famílias necessitadas, gasto social, que no período entre 2004 e 2005, representou 22% do PIB. De acordo com Rocha (2012), o PBF ainda se mostra três vezes mais eficiente que o BPC. No entanto, juntos são responsáveis por 18% da queda da desigualdade entre 1997 e 2009, onde “pequenas transferências bem focalizadas têm forte impacto sobre a desigualdade de renda, apesar de representarem um dispêndio baixo em relação ao PIB do país, sendo, portanto, facilmente pagáveis” (ROCHA, 2011, p.133).

Em termos reais, entretanto, de acordo com ROS (2009), um dos principais condicionantes da redução da pobreza entre 1990 e 2006, foi a mudança de perfil demográfico, representado pela brusca diminuição da relação de dependência em aproximadamente 16% e pelo relativo envelhecimento da população com a porcentagem da população inferior a 15 anos (normalmente uma população em sua maioria não economicamente ativa) se reduzindo de 34,7% para 26.3%. Rocha (2012) demonstra que o principal condicionante da redução da desigualdade entre 1997 e 2009 é a renda do trabalho, responsável por dois terços da queda, seguido pela previdência social (com a expansão da cobertura e aumento do benefício médio) e das transferências assistenciais.

No âmbito da pobreza, Pochmann (2007) observa dois períodos distintos, 2001 a 2003 e 2003 a 2007, com o primeiro apresentando decréscimo da renda familiar *per capita* em torno de 3% ao ano (excetuando-se os 20% inferiores) e o segundo com um crescimento médio de 5,4%, 9% para os mais pobres e 4% para os mais ricos, conforme podemos observar nas figuras 5 e 6, mostrando que há dois instrumentos capazes de reduzir a pobreza. “O primeiro é o crescimento econômico balanceado,

que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo é a redução no grau de desigualdade, que eleva a fatia da renda total apropriada pelos mais pobres e, dessa forma, aumenta a renda desse grupo, mesmo na ausência de crescimento econômico” (Pochmann, 2007, p.9).

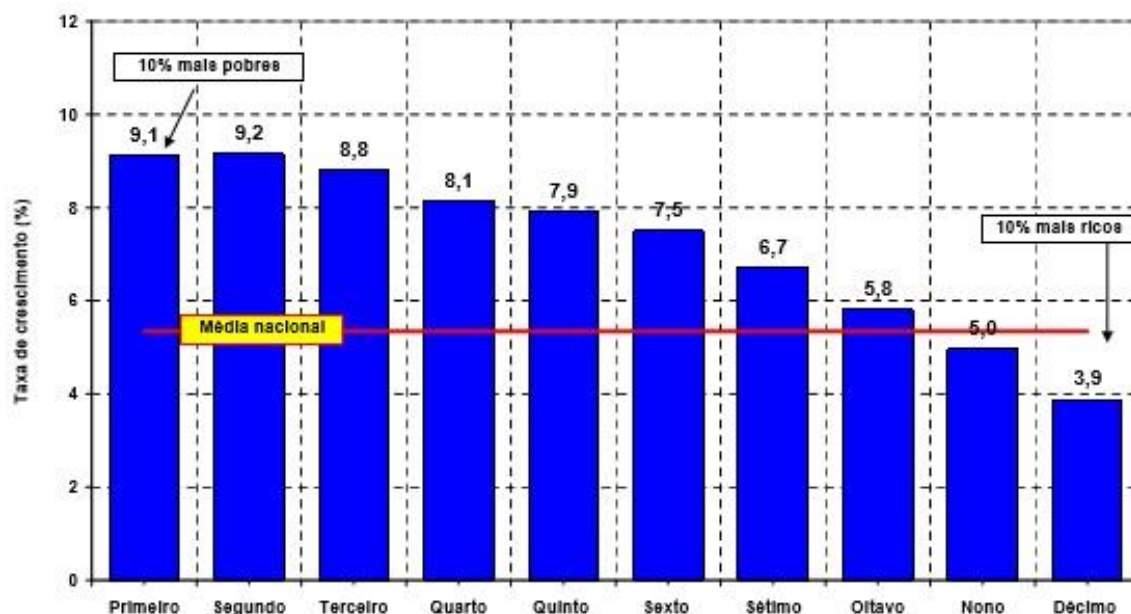
Figura 5 – Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição entre 2001 e 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2003.

Fonte: elaborado por Pochmann (2007)

Figura 6 - Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição entre 2003 e 2007



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 a 2007.

Fonte: elaborado por Pochmann (2007)

Utilizando a região Nordeste como exemplo, reconhecidamente uma das regiões mais pobres do país, podemos constatar uma melhora expressiva na situação da pobreza. Pochmann (2007) demonstra que, em 2001, aproximadamente 57% da população da região vivia no terço inferior da renda nacional (tendo a região aproximadamente 49,2% das pessoas nesta condição), tendo isso se reduzido a 49% em 2007. A nível nacional, dos 33% de referência em 2001, apenas 27,4% se encontravam em tal nível em 2007.

É importante ressaltar que a renda média da população brasileira mostra avanços entre 2003 e 2014, tendo apresentado em torno de 70% de crescimento nominal. Além disso, a população economicamente ativa também apresenta trajetória crescente no período, com aproximadamente 13% (19% se considerado desde 2001). Estes são dois dos fatores que impactaram o nível de pobreza e pobreza extrema no país.

Desde o início do século XXI a pobreza vem decaindo constantemente no Brasil, tendo apresentado 59 milhões de pessoas em 2001, passando a 26 milhões de pessoas em 2014, ou seja, uma redução de 56%, trajetória essa acompanhada

pela incidência da pobreza extrema, com uma redução de 68% no período – vale ressaltar que em 2011 chegou-se aos números de pobres e extremamente pobres, de maneira consistente, similares aos apresentados pelo resultado fantasioso de 1986 após a implementação do Plano Cruzado. Além da elevação da renda média e da inserção no mercado de trabalho (essa representada pela população economicamente ativa) pode-se apontar como um dos condicionantes dessas reduções o PBF.

Analisando o índice de Gini e o Palma ratio percebemos, entre 2001 e 2014, uma queda de 13% e 38% respectivamente, ou seja, foi um período de redução da desigualdade. Além disso, o decil inferior da distribuição passou a se apropriar de uma parcela 69% superior em 2014 do que aquela em 2001 (dentre os 40% de renda inferior, o crescimento foi de 40%), tendo o decil e o centésimo superior visto sua participação no produto do país retrair-se 14% e 18% respectivamente, indicando uma redistribuição de renda entre os estratos.

4 ANÁLISE EMPÍRICA SOBRE A POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL

Neste capítulo procura-se descrever a trajetória de alguns dados e indicadores que se relacionam com a pobreza no Brasil no período temporal deste trabalho. Busca-se através de uma análise descritiva encontrar tendências e comportamentos conciliáveis com os as interpretações do capítulo 3. Será utilizada a visão da pobreza unidimensional pela maior acessibilidade aos dados.

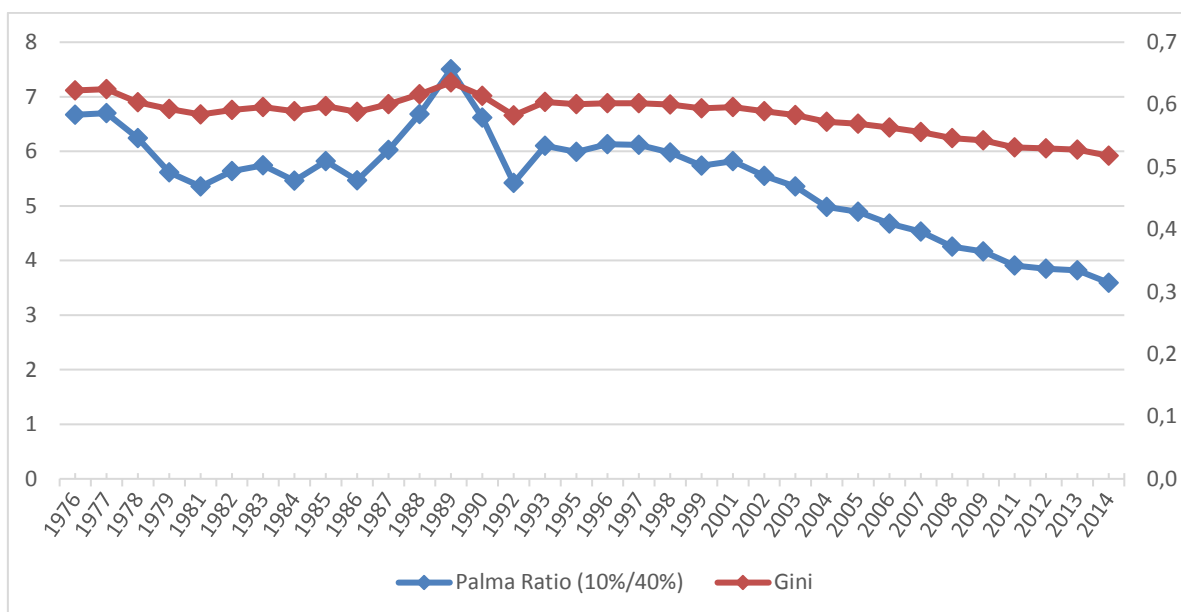
Serão analisados os índices de Gini, Palma Ratio e Theil, bem como a proporção de pobres e extremamente pobres, contrapondo-os com a taxa de crescimento do PIB *per capita* e o salário mínimo real. Além disso são trazidos dados de gasto social do século XXI e do Índice de Desenvolvimento Humano. Essas variáveis foram escolhidas por serem algumas das mais importantes e mais utilizadas dentre os estudos sobre a pobreza.

4.1 Índice de Gini, Palma Ratio e Índice de Theil

Observando o Índice de Gini, o Palma Ratio (gráfico 2) e o Índice de Theil (gráfico 3) entre os anos de 1976 e 2014, percebemos cinco distintos períodos na concentração da renda no Brasil. O primeiro deles, uma leve melhora na distribuição da renda até o início da década de 1980, resultado do período de alto crescimento econômico, chamado de Milagre Econômico, que acaba beneficiando a todos os estratos da população. A taxa de crescimento atingida na década de 1970 consegue superar os efeitos concentradores, fazendo o resultado positivo, mesmo que inferior ao potencial.

Na segunda etapa, verifica-se um período de relativa estabilidade na primeira metade da década de 1980 (principalmente quanto ao Índice de Gini, este menos suscetível a modificações nas extremidades da distribuição), seguido do terceiro período, de concentração até o final da década, com o Índice de Gini passando de 0,588 para 0,636 apresentando um crescimento de 8%, porém mais sentido pelo Palma ratio que cresce em aproximadamente 37% (mais sensível às caudas, onde estão as maiores movimentações) e o Índice de Theil passando de 0,717 para 0,889 apresentando um aumento em torno de 24%.

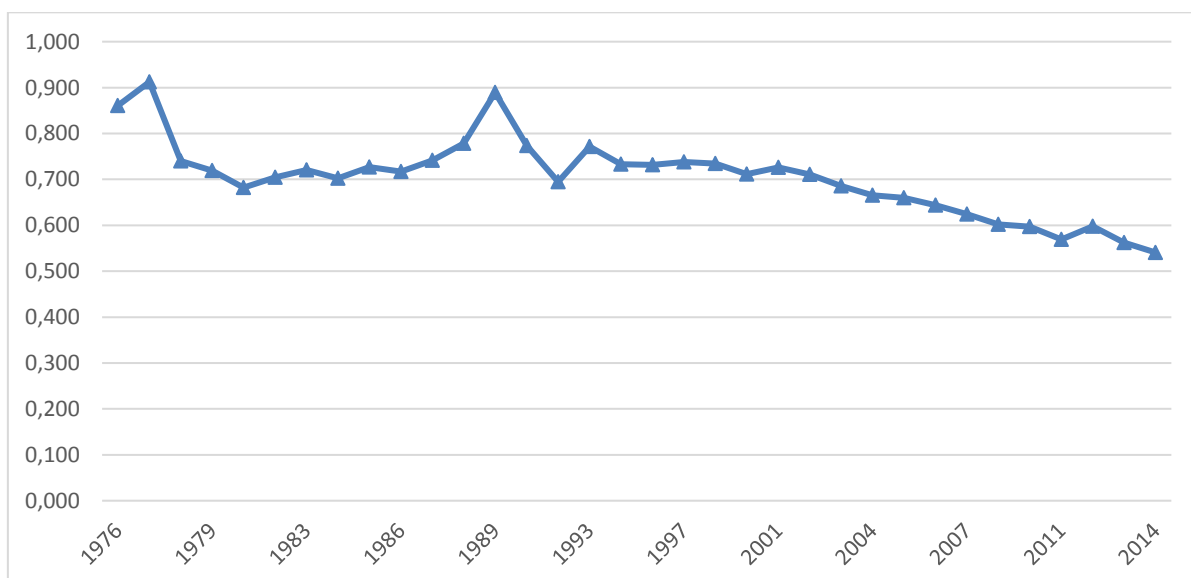
Gráfico 2 - Palma e Gini (1976-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

Nota: No eixo primário, o Palma Ratio. No eixo secundário, o Índice de Gini.

Gráfico 3 - Índice de Theil (1976-2014)

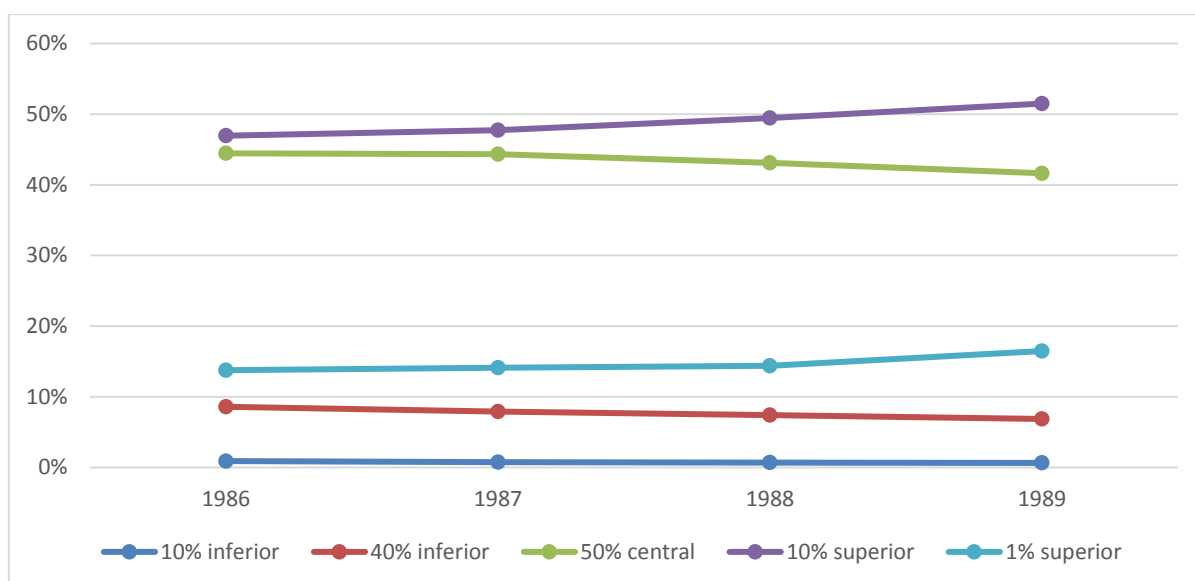


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

O forte acréscimo nos indicadores, demonstrando concentração de renda podem ser observados quando comparamos as porcentagens de renda apropriadas

pelos estratos da população entre o ano de 1986 e 1989 (gráfico 4). No período, o decil inferior apresentou 29,2% de queda, passando de 0,9% para 0,64%, similarmente os 40% de renda inferior tiveram uma redução de 20% na renda apropriada passando de próximo a 9% para menos do que 7%. Paralelamente, o decil superior obteve um ganho de aproximadamente 10%, de cerca de 47% para mais da metade da renda da população e o 1% de maior renda passa de 13,8% para 16,5%, com um crescimento de 20%.

Gráfico 4 - Participação na renda do país por estratos selecionados (1986-1989)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

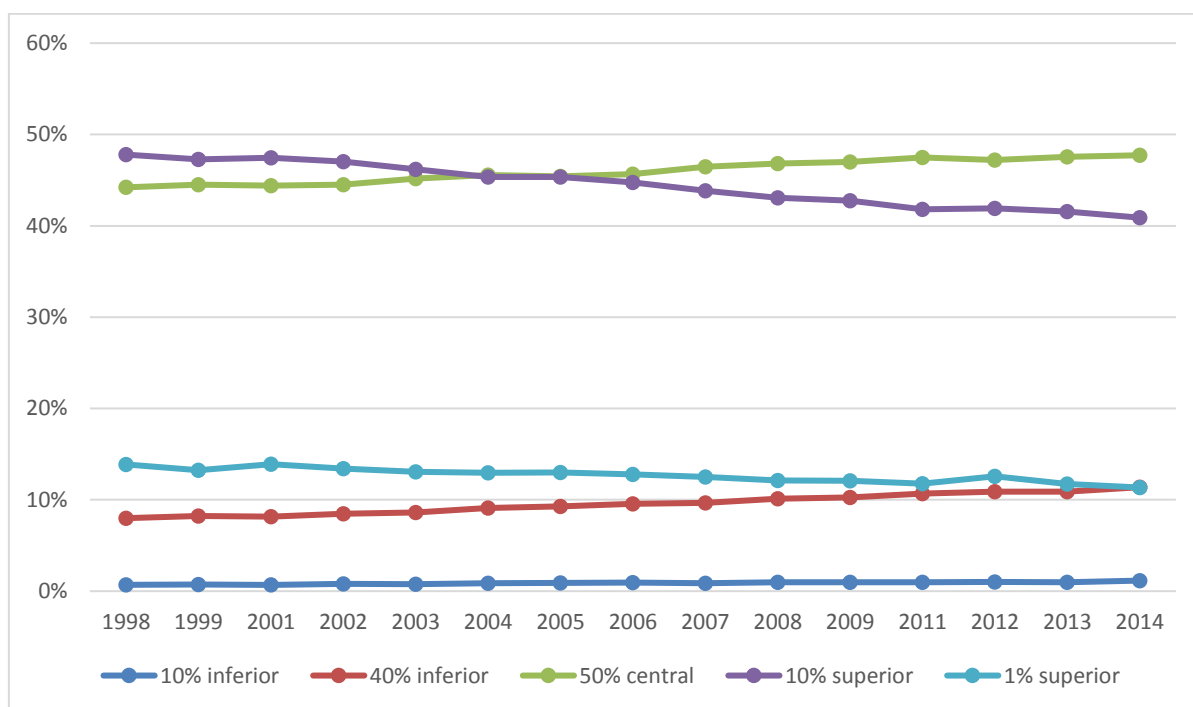
O início da década de 1990 marca o quarto movimento, com uma oscilação nos indicadores analisados, com uma queda de 18% no Palma Ratio, 5% no Índice de Gini e 10% no Índice de Theil entre 1990 e 1992. Esse movimento, no entanto, não é sustentado, pois no ano seguinte a renda volta a concentrar e os indicadores apresentam crescimento quase idêntico à queda anterior. Subsequentemente a esta oscilação, observamos uma estagnação nos indicadores até 1997 mesmo em meio à implementação do Plano Real, pois mesmo que os efeitos tenham sido rapidamente absorvidos pela população pobre, não pode-se dizer o mesmo sobre o resto dos estratos da população.

O quinto e último período pode ser verificado entre os anos 1998 e 2014, com uma queda constante e sustentada dos três indicadores. O Índice de Gini apresentou

uma redução de aproximadamente 14% no período, tendo uma taxa de redução média de 1% ao ano. O Palma Ratio obteve resultados ainda superiores, tendo uma redução em torno de 41% com uma média anual de 3,5%, demonstrando que a participação da renda do decil superior da população, que antes representava seis vezes a dos quatro decís inferiores somados, em 2014 era equivalente a apenas 3,6 vezes. Analisando o Índice de Theil notamos uma redução de 26% com média de 2% ao ano, chegando pela primeira vez próximo a 0,5 no Brasil.

Podemos observar que os ganhos dos indicadores mais uma vez se refletem nas movimentações das participações dos estratos na renda do Brasil (gráfico 5). A renda do 1% superior apesar de extremamente elevada, em média 12,7% tem queda constante no período, com uma média de 1,36% ao ano e uma queda geral de 18,1% nos dez anos, passando de 13,9% para 11,35%. A trajetória da renda do decil superior segue mesma tendência, passando de 47,8% para 40,9%, reduzindo 14,4% com média de 1,1% ao ano, tendo apresentado reduções em todos os anos à exceção de 2012. Esse movimento demonstra uma redistribuição da renda dos estratos superiores.

Gráfico 5 - Participação na renda do país por estratos selecionados (1998-2014)



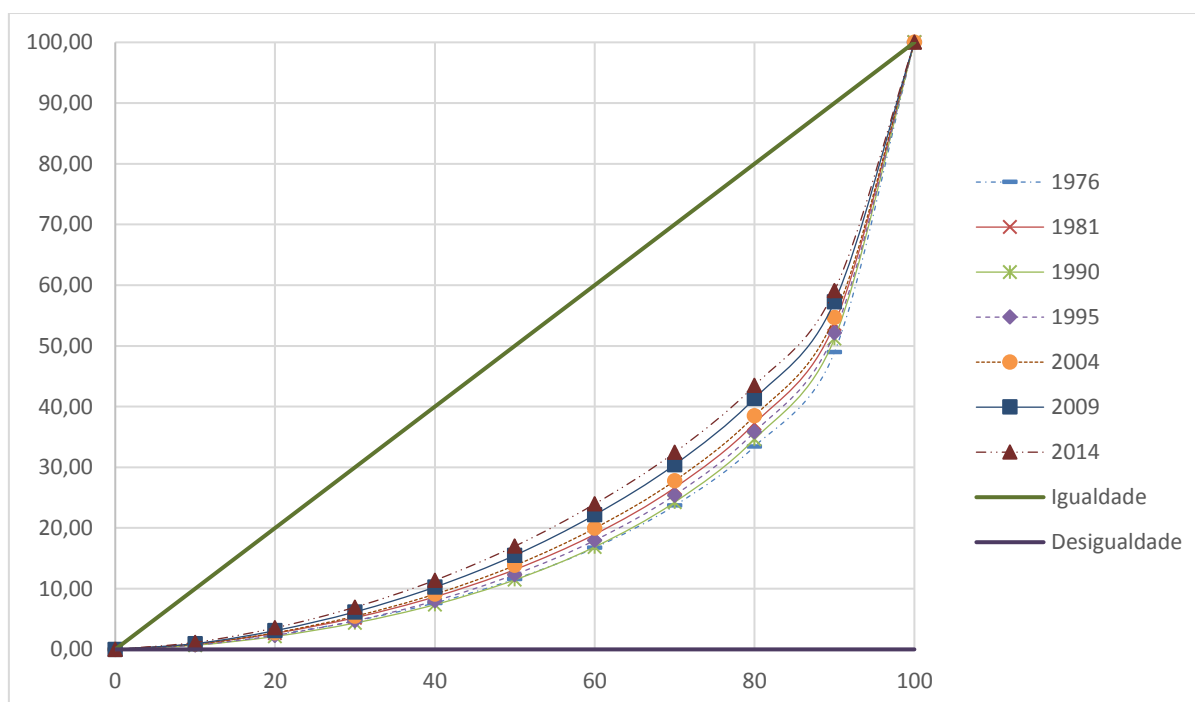
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

Observando o grupo mais homogêneo e naturalmente mais estável, mesmo os 50% centrais (comumente se apropriando de cerca de 50% da renda dos países) obtiveram ganhos no período, passando de 44,2% para 47,7% da renda do país, ultrapassando a renda apropriada pelo decil superior em 2004. Este conjunto de estratos apresentou uma elevação de 7,9% com média de 0,5% ao ano. No entanto, examinando tanto o decil inferior quanto os 40% de menor renda pode-se notar as maiores modificações no período. Entre 1994 e 2014 os quatro decís inferiores juntos obtiveram um ganho de 42,4%, passando de 8% a 11,4% com uma média de 2,6% ao ano. Quanto ao decil inferior, observa-se pouca modificação absoluta, passando de 0,7% para 1,2%. Entretanto, esse aumento se mostra extremamente significativo para a renda dos mais pobres, tendo tido um aumento de 64,3% com uma média anual de 3,9% de crescimento, chegando a modificar 20% entre 2013 e 2014.

4.2 A curva de Lorenz

Conforme exposto no capítulo 2, a Curva de Lorenz demonstra qual a porcentagem de renda está sendo apropriada por parcelas da população (no caso do gráfico 6, decís). Comparando as curvas formadas pelos anos analisados podemos observar avanços ou retrocessos na distribuição e concentração da renda.

Gráfico 6 - Curva de Lorenz - Anos selecionados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

Em um país de constante preocupação com a distribuição da renda é natural que esperemos observar as curvas cada vez mais próximas da linha de igualdade, a cada ano que passa. Todavia no Brasil este não é o caso. Podemos observar um avanço considerável da curva entre os anos de 1976 e 1981, sendo isso confirmado pelos indicadores apresentados anteriormente.

A década de 1980 entretanto, passa por um processo de concentração intenso, trazendo a curva do ano de 1990 para próxima de 1976, inclusive demonstrando uma renda ainda mais concentrada na metade superior da distribuição. Após esse período o país demonstra ter passado para uma trajetória distributiva, tendo avanços em todos os anos expostos. Em 1995, novamente tem-se um avanço, porém ainda não suficiente para recuperar a situação apresentada em 1981.

O século XXI já demonstra outro panorama, com ganhos significativos ano a ano. Até o último ano de dados disponíveis, a renda se mostra cada vez menos concentrada, no entanto ainda muito longe de uma situação ideal ou até mesmo aceitável. É importante ressaltar que os ganhos redistributivos impactam de maneira muito mais aguda os estratos inferiores da distribuição e principalmente a população pobre do país.

4.3 Proporção de pobres, taxa de crescimento do PIB *per capita* e preocupação social

Utilizando os dados de pobreza é possível analisar a situação da parte mais frágil da população, aquelas abaixo da linha da pobreza. Através da proporção de pobres na população é possível verificar a evolução da incidência da pobreza no Brasil. Esta variável será analisada em três distintos períodos, entre 1981 e 1990, 1992 e 2002 e 2003 até o período recente.

Como a principal variável da incidência da pobreza é a renda, podemos supor que quanto maior crescimento econômico, maior o incremento na renda *per capita* e menor a incidência da pobreza. Da mesma maneira o salário mínimo real pode ser utilizado, demonstrando a remuneração da população pobre. Através do gráfico 7 e 8 é possível observar que o primeiro período é marcado por fortes oscilações na proporção de pobres no país. Entre 1981 e 1983 verifica-se uma adição de 8% e 6% na proporção de pobres e extremamente pobres respectivamente, enquanto a variação do PIB *per capita* é negativo, entre -6,47% e -1,5%. No próximo subperíodo

pode-se observar um decréscimo na proporção da pobreza, enquanto a economia é aquecida chegando a 7,85% de crescimento do PIB e 5,48% do PIB *per capita* em 1985, representando um acréscimo de 20% na renda domiciliar *per capita* média no decil inferior da distribuição.

Em 1986 a incidência da pobreza apresenta queda de aproximadamente 50%, porém neste período devemos destacar um outro efeito, do plano de estabilização Plano Cruzado, o qual, por um breve período de tempo, devolveu poder de compra, afetando todos os estratos da população, de maneira mais incisiva a população pobre que deixa de perder renda com a alta taxa de inflação, como podemos observar na tabela 2, efeito esse revertido nos dois anos subsequentes, quando o plano se mostra novamente um fracasso e a inflação volta a disparar. O restante do período é marcado por uma estabilização na proporção de pobres, com a proporção de pobres e extremamente pobres se mantendo em torno de 38% e 18% respectivamente.

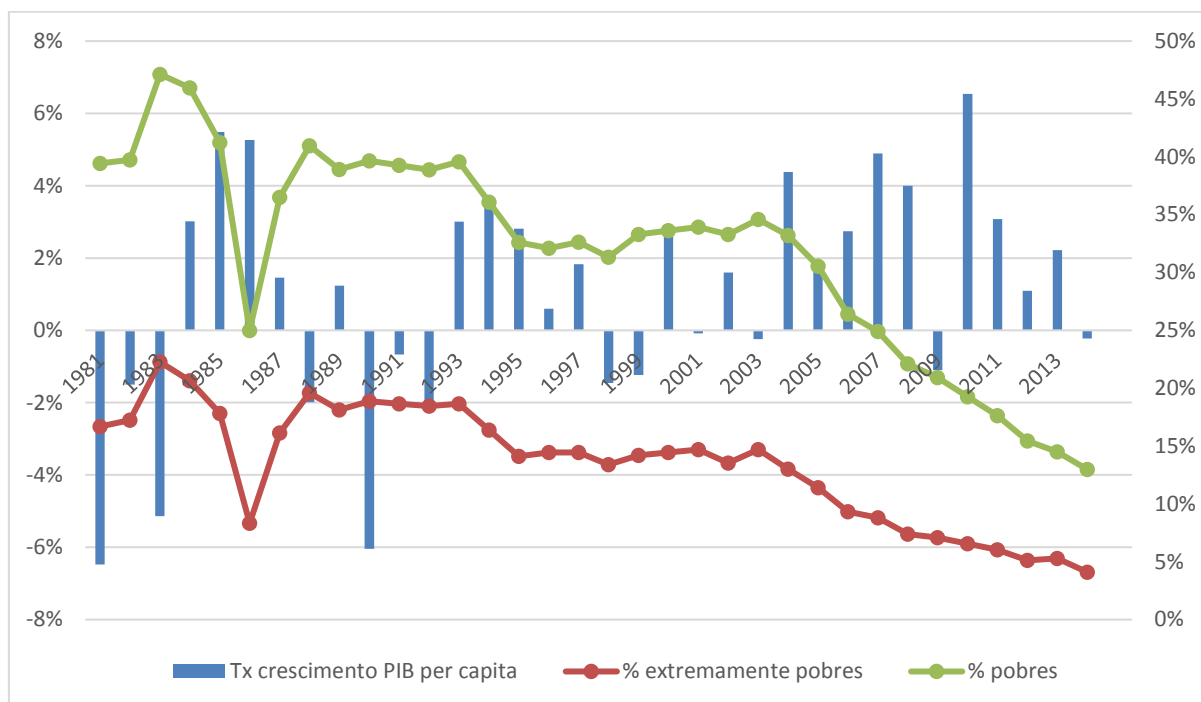
Tabela 2 - Renda domiciliar *per capita* média por estratos selecionados - 1981 a 1990 (R\$ de 2014)

Ano/Estrato	1º decil	5º decil	9º decil	10º decil	1% mais rico
1981	48,79	248,94	910,70	2.579,99	7.441,65
1982	47,73	250,04	942,01	2.676,74	7.847,92
1983	41,08	205,86	802,02	2.287,21	6.867,46
1984	45,65	208,63	780,50	2.273,35	6.702,49
1985	49,36	245,36	941,53	2.754,36	8.294,56
1986	76,60	373,98	1.367,97	3.961,93	12.272,06
1987	48,24	270,01	1.027,70	3.002,29	9.371,94
1988	40,16	236,58	946,80	2.885,66	8.879,26
1989	43,03	251,52	1.077,97	3.445,77	11.645,06
1990	41,42	247,83	1.006,34	2.963,00	9.111,38

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

O período mostra resultados distintos para as rendas dos diferentes estratos da população. A renda domiciliar *per capita* média oscila em todos os estratos, mas o resultado final da década apresenta uma perda de 15% na renda dos mais pobres, enquanto a ponta superior se beneficia de um crescimento de 22% e 15% nas camadas da população integrante ao percentual mais rico e ao último decil, deixando o centro da distribuição praticamente inalterado.

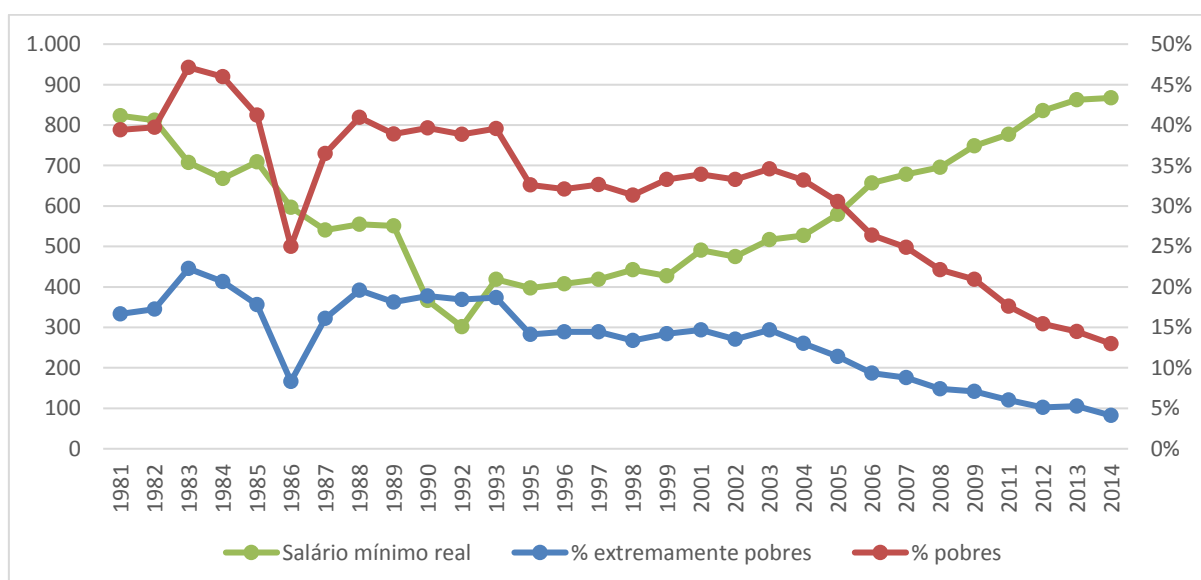
Gráfico 7 - Proporção de pobres e extremamente pobres e taxa de crescimento do PIB *per capita* (1981-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata e IBGE.

Nota: No eixo primário, a taxa de crescimento do PIB *per capita*. No eixo secundário, a proporção de pobres e extremamente pobres na população.

Gráfico 8 - Salário mínimo real e proporção de pobres e extremamente pobres (1981-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata e IBGE.

Nota: No eixo primário, o salário mínimo real. No eixo secundário, a proporção de pobres e extremamente pobres na população.

O segundo período observado, entre 1992 e 2002, possui um dos acontecimentos mais significativos para a evolução da pobreza no país, a implementação do Plano Real. O fim da hiperinflação trouxe um resultado positivo para as camadas mais baixas da população, fazendo com que a proporção de pobres e extremamente pobres fosse reduzida de cerca de 40% e 19% para 33% e 14%, estabelecendo um novo patamar de pobreza no país. Este movimento foi acompanhado pela retomada do crescimento econômico em 1993 até 1997, trazendo benefício para todos os estratos de renda, como podemos observar na tabela 3.

Tabela 3 - Renda domiciliar *per capita* média por estratos selecionados - 1992 a 2002 (R\$ de 2014)

Ano/Estrato	1º decil	5º decil	9º decil	10º decil	1% mais rico
1992	35,35	245,69	862,29	2.414,91	7.373,21
1993	36,61	241,27	881,98	2.703,47	8.861,96
1995	48,47	300,37	1.125,36	3.298,62	10.052,84
1996	44,04	305,05	1.166,06	3.339,79	10.041,52
1997	45,66	303,93	1.155,47	3.346,54	10.218,69
1998	49,89	308,51	1.156,58	3.390,46	10.386,07
1999	49,45	298,33	1.095,04	3.165,80	9.364,63
2001	46,46	302,59	1.101,77	3.225,85	9.984,98
2002	53,33	305,92	1.096,26	3.198,18	9.641,97

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEAdata.

Entre 1993 e 1995, os 10% mais pobres tiveram um acréscimo de 32% em sua renda domiciliar *per capita* média, fator este devido especialmente a queda da inflação, pois mesmo a taxa de desemprego se manteve constante em torno de 7% no período. Entre estes dois anos a renda de todos os estratos foi substancialmente acrescida, porém o fenômeno não ocorreu de forma sustentada. Após o período da estabilização passa-se por quatro anos estagnados, com crescimento econômico médio de 1,45%, refletidos também na estagnação da proporção de pobres, a qual mantém-se inalterada até 2003. A renda domiciliar *per capita* média também demonstra que após o Plano Real, é atingido um novo patamar de renda em todos os estratos, o mesmo se mantém inalterado até o fim do período. Entre 1992 e 2002, no entanto, todos os patamares de renda obtiveram ganhos, com destaque para o primeiro decil que apresentou 51% de aumento em sua renda domiciliar *per capita*.

A partir de 2003, pode-se observar uma nova trajetória na incidência da pobreza na população, com a proporção de pobres se reduzindo de 35% para 13%

da população, com uma redução de 22 pontos percentuais, enquanto a proporção de extremamente pobres reduz-se de 15% para 4%. Este período é marcado por uma redistribuição ativa da parte do setor público do país, a partir de gastos sociais e transferências diretas de renda dado que os métodos redistributivos como os impostos, reconhecidamente não funcionam no Brasil que possui uma tributação regressiva. Entre 2003 e 2014, entra-se em um período de redução consistente da incidência de pobreza e pobreza extrema com redução em todos os anos do subperíodo (com exceção de 2013 para a extrema pobreza).

Tabela 4 - Renda domiciliar *per capita* média por estratos selecionados - 2003 a 2014 (R\$ de 2014)

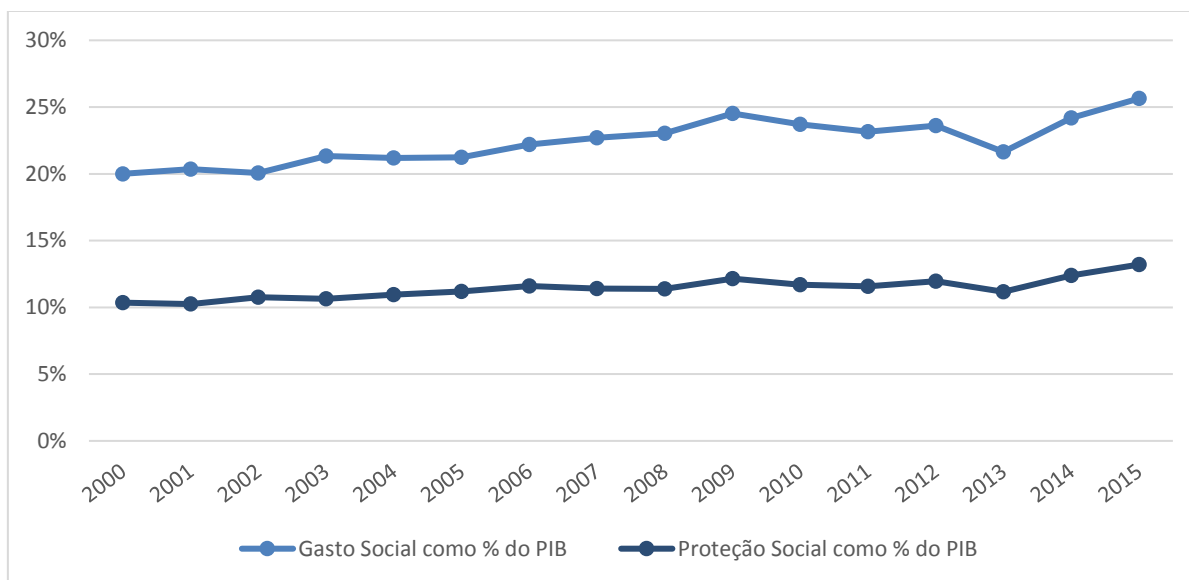
Ano/Estrato	1º decil	5º decil	9º decil	10º decil	1% mais rico
2003	49,08	294,24	1.041,35	2.958,88	8.848,62
2004	56,25	309,69	1.060,99	2.967,81	8.973,22
2005	62,23	331,80	1.106,91	3.145,86	9.522,75
2006	70,05	370,46	1.212,24	3.394,70	10.231,84
2007	68,13	392,48	1.246,99	3.414,30	10.284,77
2008	78,65	422,20	1.305,51	3.516,64	10.457,57
2009	80,36	439,10	1.335,21	3.583,95	10.718,27
2011	86,07	485,82	1.403,43	3.726,75	11.073,70
2012	98,48	528,23	1.494,28	4.031,50	12.781,87
2013	100,72	580,51	1.640,25	4.354,48	12.298,69
2014	133,12	646,97	1.800,75	4.711,91	13.075,90

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEADATA.

Podemos observar através da tabela 4 os ganhos nas rendas domiciliares *per capita* médias dos estratos da população. Todos os estratos da população tiveram resultados benéficos, com os dez por cento mais pobres da população tendo sua renda acrescida em 171% no período, passando de R\$49,08 para R\$133,12 e mesmo o 1% de maior renda apresenta um ganho de 48%, passando de R\$8.848,62 para R\$13.075,90 *per capita*.

Conforme pode ser verificado no gráfico 9, desde 2000 o Brasil apresenta um gasto social consistentemente superior a 20% do PIB, chegando a aproximadamente 26% em 2015, sendo metade desse gasto com proteção social. Em todo o período, aproximadamente 11,4% do PIB foi gasto pelo governo com objetivo de reduzir a desigualdade e a pobreza no país.

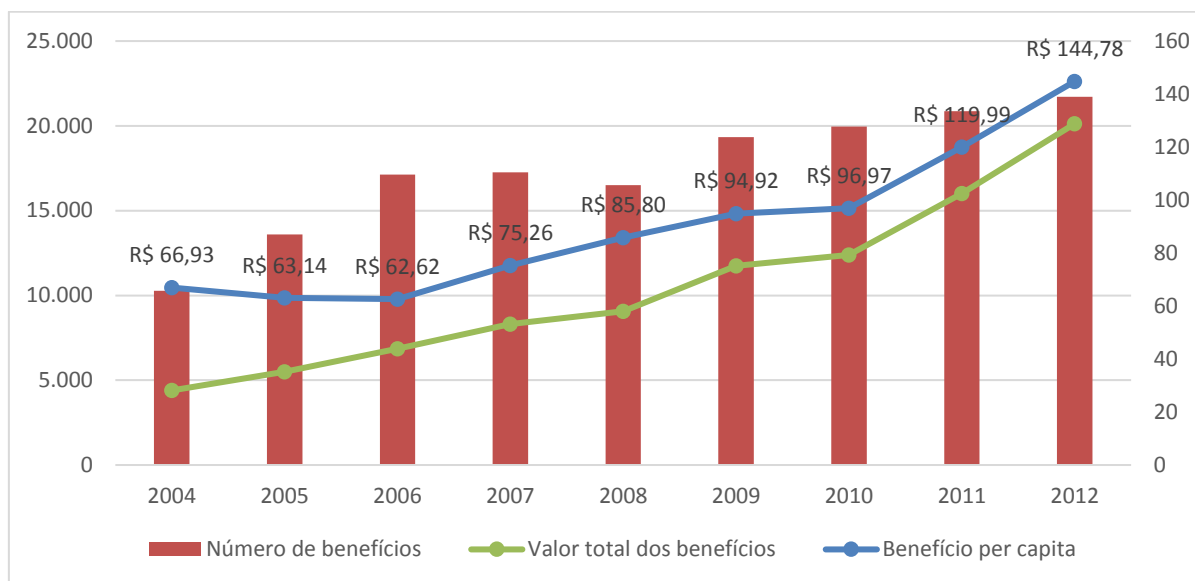
Gráfico 9 - Gasto Social e Proteção Social como % do PIB (2000-2015)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CEPAL.

Observando a trajetória descendente da incidência da pobreza desde o ano de 2003 percebe-se o impacto de tais políticas redistributivas na renda da população. Como exemplo podemos utilizar o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda para famílias pobres com o intuito de reduzir a pobreza no país, modificando o nível de renda familiar com um complemento financeiro. O programa possui diversas condicionalidades para sua participação, entre elas a permanência das crianças na escola, um dos pilares para a redução da pobreza a longo prazo. Observando o gráfico 10, verifica-se um aumento ao montante repassado às famílias pobres passando de R\$440 milhões em dezembro de 2004 para mais de R\$2 bilhões no mesmo mês de 2012, com o benefício *per capita* crescendo de R\$66,93 para R\$144,78 no mesmo período.

Gráfico 10 - Número de beneficiários, valor total de benefícios e benefício *per capita* do PBF (2004-2012)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IPEAdata.

Nota: No eixo primário, o valor total dos benefícios em dezembro (dividido por 100 mil). No eixo secundário, o número de beneficiários em dezembro (dividido por 100 mil) e o benefício *per capita* em dezembro.

É inegável que a situação da pobreza no Brasil vem em trajetória positiva desde 2003, com ganhos constantes para a população mais pobre, com o Índice de Desenvolvimento Humano expressando esses ganhos nos últimos 25 anos (tabela 5), passando de 0,685 no início do século para 0,754 em 2015, apresentando uma elevação de 10% no período. Diversos condicionantes compõe o panorama necessário para a redução da pobreza e redução da desigualdade, no caso do Brasil especificamente, a renda real e a política social parecem explicar grande parte da redução.

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano - anos selecionados

Ano	1990	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDH	0,611	0,685	0,724	0,73	0,734	0,747	0,754	0,754

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da PNUD 2016

O presente capítulo teve como intuito realizar uma análise descritiva dos principais indicadores que medem a desigualdade e a pobreza no Brasil. Observando-os com condicionantes como a taxa de crescimento do PIB *per capita*, o salário

mínimo real e os gastos sociais pudemos encontrar algumas explicações para as flutuações no período utilizado neste trabalho.

Assim, a primeira seção buscou demonstrar a tendência da desigualdade entre 1976 e 2014. Pode-se observar uma certa contraposição para com as conclusões de Pochmann (2012) e Rocha (2004, apud FAGNANI E POCHMANN, 2007) apresentadas no capítulo 3, onde dizem que houve aumento da concentração de renda na década de 1970, porém com os dados disponíveis, através do índice de Gini, Palma Ratio e Índice de Theil, percebemos uma razoável diminuição na concentração de renda a partir da metade da década. A discrepância, no entanto, se resume a metade final da década, com a análise entrando em consonância com a trajetória da concentração da renda e desigualdade para o período restante.

Na segunda seção, com a exposição da proporção de pobres, foi possível analisar a incidência da pobreza no país entre os anos 1981 e 2014. Utilizando como *proxy* para a renda a taxa de crescimento do PIB per capita pudemos explicar parte das movimentações do período, complementadas pelo gasto social no século XXI. A análise apresenta pontos de acordo com a de Rocha (2006), onde aponta o Plano Cruzado como redutor artificial da incidência da pobreza no ano de 1986 e também com as figuras 5 e 6 extraídas de Pochmann (2007), que demonstram, entre 2001 e 2003, aumento na renda do decil inferior, e diminuição nos demais, e aumento para todos os extratos no período posterior a 2003, em consenso com as tabelas de renda domiciliar per capita média apresentadas no presente capítulo. Por fim, mostra-se a importância de políticas sociais como o PBF e seu respectivo impacto, principalmente sobre a pobreza, em harmonia com o defendido por Rocha (2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal compreender o comportamento da desigualdade e da pobreza no Brasil de meados dos anos 1970 até o período atual. A hipótese trabalhada foi de que o crescimento econômico, e conseqüentemente da renda, bem como a preocupação social, através de gasto e políticas sociais, impactaram diretamente na trajetória dos indicadores. Além disso, buscou-se expor limitações e gargalos na trajetória positiva recente, a qual trouxe o país para um novo patamar frente ao resto do mundo e clarear o significado real de pobreza.

Utilizando de uma revisão bibliográfica e exposição conceitual foi possível esclarecer o desenvolvimento e transmutação do conceito de pobreza através da história, expondo os motivos das modificações e diferenciar tipos de pobreza, inclusive entre países de desenvolvimentos distintos. Através dos conceitos apresentados, compreende-se que a luta contra a pobreza e a desigualdade não é e nem pode ser homogênea em contextos diferentes.

Com a revisão bibliográfica a respeito da pobreza e desigualdade no Brasil pode-se observar que a situação atual do país é antiga, remontando de muito antes do período analisado por este trabalho, desde a acumulação do capital no período colonial. A partir de 1960, com dados provindos do Censos Demográficos foi possível compor um panorama mais apurado, expondo a péssima situação da população das camadas inferiores da população, com a renda extremamente concentrada em um número restrito de pessoas.

No período do Milagre Econômico, apesar do grande crescimento, percebe-se concentração da renda, mesmo que a pobreza tenha sido reduzida pelo ganho real de renda. Após isso, na década perdida, à exceção do ano da implementação do Plano Cruzado (que afeta os indicadores de forma artificial), leva a situação do país ao seu pior momento no período estudado por este trabalho, com aumento da pobreza e alta concentração da renda, sendo isso revertido somente com o sucesso do Plano Real em estabilizar a espiral inflacionária, trazendo o país a um novo patamar de pobreza e desigualdade. Este patamar perdura até o início dos anos 2000, quando um novo período de crescimento, desta vez com políticas redistributivas ativas, retorna o país para uma trajetória de redução da pobreza e desigualdade.

Ao analisar os dados da proporção da pobreza e da desigualdade no país podemos observar três distintos momentos. Até o início dos anos 1990 a trajetória foi de instabilidade, muito afetada pela situação política e flutuações econômicas, apresentando ganhos e perdas constantes. Dos anos subsequentes até o início dos anos 2000 percebe-se um período de estabilidade, dividida pelo Plano Real em dois patamares, tendo o mesmo trazido o país para situação muito superior à anterior. Os anos subsequentes foram de esforços institucionais e melhora constante nos indicadores analisados, mostrando uma nova mudança de patamar no Brasil.

Pode-se intuir que o crescimento da renda do Brasil impacta diretamente na pobreza, reduzindo-a quando presente. Entretanto, o mesmo não pode ser dito sobre a desigualdade. A falta de mecanismos redistributivos como uma tributação eficiente faz com que a tendência da concentração de renda seja ascendente, o que traz necessidade de políticas ativas de distribuição de renda. Parece claro que o esforço social provindo do governo tem papel fundamental na situação atingida pelo país, todavia pode não ser suficiente no longo prazo.

A principal variável que impacta a pobreza e a desigualdade de um país é a renda e, neste caso, esta tem como limitação a estrutura produtiva precária do Brasil. Para romper com o novo patamar atingido há a necessidade de investimentos em uma estrutura produtiva dinâmica, com intensidade em conhecimento, criando empregos melhores e melhores condições de atingi-los, para todas as camadas da população. O combate à pobreza e à desigualdade através da transferência direta de rendas é necessário e possivelmente sempre o será, afinal

O processo de concentração de renda só pode ser considerado “natural” no sentido de que é natural que num regime de escravocratas haja escravos, que num regime feudal haja senhores e servos, ou ainda, no sentido de que para um canibal é natural que alguns comam e outros sejam comidos. (HOFFMAN, 1978, p.121)

No entanto, para atingir um novo patamar de desenvolvimento, principalmente através de indicadores multidimensionais de pobreza e da condição do ser humano, é condição necessária, mas não suficiente, a política social.

Este trabalho limitou-se a apresentar o comportamento da pobreza e da desigualdade entre a década de 1970 e o 2015, tentando identificar seus principais condicionantes, tendo sido escolhido este recorte pela disponibilidade de dados (a qual diverge entre os dados utilizados). Futuros estudos são necessários para

aprofundar e comprovar a necessidade de uma mudança produtiva estrutural em conjunto à redistribuição ativa de renda como condições para manutenção de uma população com renda igualitária e condições mínimas de vida no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, D. N. A.; GIMENEZ, D. M.; FAGNANI, E. Crescimento econômico e pobreza. In: FAGNANI, Eduardo; POCHMANN, Márcio (org.). **Debates Contemporâneos: economia social e do trabalho, n.1: Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. 1 ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 139-147

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das três últimas décadas - 1960/1990. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1, p. 115-164, abr. 1995.

BARROS, R.O.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CEPALSTAT. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **CEPAL**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/datos-y-estadisticas>>. Acesso em: jun. 2017.

CIMOLI, M.; MARTINS, A.; PORCILE, G.; SOSSDORF, F. “**Productivity, social expenditure and income distribution in Latin America**,” Desarrollo Productivo 201, Naciones Unidas Comisión Económica para America Latina y el Caribe (CEPAL). 2015.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n. especial, p. 467-490, 2002.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. PORTO JR, S. et al. **Relatório sobre Indicadores de Pobreza Multidimensional e Pobreza Extrema para Porto Alegre**, 2007.

FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). **A Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 159-89, 1978.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda. In: SALVO, Mauro; PORTO JR, S. (Org.). **Uma nova relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**. 1 ed. EDUNISC, p. 269-292, 2004.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento Econômico. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). **A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 105-123, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em abr. 2017.

KERSTENETZKY, C. L. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 36, n. 1, p.29-45, jan/mar. 2016.

PALMA, J. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'Inverted-U': the share of the rich is what it's all about, n. 1111, 2011. **Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)**

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instrínseca, 2014

POCHMANN, M. PNAD 2007 número 9: primeiras análises. Pobreza e mudança social. **Comunicado da Presidência IPEA**. V. 1. 2008. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/09/Pnad_2007_AnalisesPobreza-1.pdf>. Acesso: 19 jun. 2017.

_____. Indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores. In: FAGNANI, Eduardo; POCHMANN, Márcio (org.). **Debates Contemporâneos: economia social e do trabalho, n.1: Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. 1 ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 196-204.

_____. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

_____. **Nova classe média?: o trabalho da base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Nova York, 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html>>. Acesso em: jun. 2017.

ROCHA, S. O Declínio Sustentado da Desigualdade de Renda no Brasil (1997-2009). **Revista EconomiA**. Brasília: Brasília, 2012, p.629-645.

_____. O programa Bolsa Família: Evoluções e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, 2011, p.113-139.

_____. **Opções Metodológicas para a Estimação de Linhas de Pobreza e Indigência no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?**. 3.ed. FGV, 2006.

SEN, S.K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, S.S.D. **Metodologia para Estabelecer a Linha de Pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.